

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SOCIOECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Carla Mariana Coelho

**A MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UM
OLHAR A PARTIR DO GRUPO DE MULHERES**

**FLORIANÓPOLIS/SC
2016/1**

Carla Mariana Coelho

**A MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UM
OLHAR A PARTIR DO GRUPO DE MULHERES**

Trabalho de Conclusão de Curso, orientado pelo Prof. Dr. Helder Boska de Moraes Sarmiento apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

**FLORIANÓPOLIS/SC
2016/1**

**A MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UM
OLHAR A PARTIR DO GRUPO DE MULHERES**

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Socioeconômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Monografia aprovada em 02 de agosto de 2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Helder Boska de Moraes Sarmiento.
Departamento de Serviço Social/UFSC
Orientador



Prof. Dra. Teresa Kleba Lisboa
Departamento de Serviço Social/UFSC
1ª Examinadora



Thais Coan Garcia
Assistente Social
2ª Examinadora

FLORIANÓPOLIS/SC
2016/1

Dedico este trabalho à população em situação de rua, que faz da rua seu espaço de moradia e sobrevivência, onde cada dia é uma luta diária para sobreviver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente, com muito carinho e amor:

À minha família, principalmente à minha mãe, Lusinéte Coelho, a quem considero uma mulher guerreira, que sempre esteve ao meu lado nos momentos bons e ruins, sempre indicando a direção correta, guiando-me durante a caminhada. Muito obrigada por tudo!

A meu irmão Jair Coelho, à minha irmã Caroline Coelho e seu companheiro Ricardo Hiromitsu Giongo pelos momentos juntos em família e apoio nos momentos mais difíceis. Os incentivos, conselhos e carinhos foram essenciais para minha formação profissional.

A Rafael Pereira, companheiro de longa data, muito obrigada!

Aos meus amigos da graduação, principalmente Joelma Broering de Souza, Giselle Rodrigues, Andresa Cristina Cardoso, Isabella Corrêa Silvano e Fernanda Ana Souza, por proporcionarem momentos de alegrias e descontração, enfim, por todo apoio ao longo da graduação.

Ao orientador e professor, Dr. Helder Boska de Moraes Sarmiento, que dispôs de seu tempo para me orientar, com muita dedicação. Pelo profissional competente que é e por compartilhar sua sabedoria, meus sinceros agradecimentos.

Aos profissionais presentes na banca examinadora, Professora Dra. Teresa Kleba Lisboa e Thaís Coan Garcia, muito obrigada por aceitarem participar desta avaliação e deste momento especial. O período que estive com vocês foi muito importante para meu crescimento profissional e pessoal. Muito obrigada por terem partilhado comigo seus conhecimentos, foi uma honra!

Aos profissionais do campo de estágio, no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP, pelos momentos que vivemos diariamente nesse período, pela troca de experiências, paciência, conhecimentos adquiridos nesse processo. Em especial, agradeço a minha supervisora de campo, Thaís Coan Garcia, profissional competente, por me orientar profissionalmente. Muito obrigada!

E, finalmente, a todas as pessoas que estão em situação de rua que tive a oportunidade de acompanhar nos atendimentos e nos grupos de mulheres. Obrigada!

Falar da mulher [...]

É compreender que a submissão, por mais sutil que seja, é o resultado de um processo de tal forma brutal, que acaba por impedir a própria vontade de viver dignamente.

Ninguém é oprimido, explorado e discriminado porque quer [...].
Maria Amélia de Almeida Teles.

COELHO. Carla Mariana. **Mulher em Situação de Rua e a Violência de Gênero: um olhar a partir do Grupo de Mulheres.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo compreender as formas de rompimento das situações de violência vividas por algumas participantes do Grupo de Mulheres em Situação de Rua no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP. Este estudo foi realizado através um referencial teórico crítico sobre a violência e violência de gênero com base nas autoras Tiene (2004), Teles e Melo (2012), Lisboa (2005, 2014) e outros autores. O estudo analisa a experiência profissional a partir do estágio em Serviço Social realizada com um grupo de mulheres no Centro POP do município de Florianópolis. É um tema de relevância, no que diz respeito à População em Situação de Rua e principalmente à mulher em situação de rua, no que se refere à violência de gênero vivenciada por elas. Os resultados identificados foram que dificilmente as mulheres rompem com a situação de violência, por sentirem medo de sofrer mais atos violentos na rua e para se protegerem se envolvem uma relação afetiva.

Palavras-chave: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, MULHER, VIOLÊNCIA DE GÊNERO.

COELHO. Carla Mariana. **Women in street situation and the gender-based violence: observations based upon the Women's Group.** Course Conclusion Paper (Degree in Social Work). Social Work Major, Federal University of Santa Catarina. Florianopolis, 2016.

ABSTRACT

The present work aims to understand the rupture of the violence situations lived by some participants the Group of Women in Street Situation, in the Center of Reference Specialized for the Population in Street Situation – Centro POP. This study was made through a critical theoretical reference based on the studies of the authors Tiene (2004), Teles e Melo (2012), Lisboa (2005, 2014), among other authors. The study analyses the professional experience, based upon an internship in Social Work, with a women's group in Centro POP, in the city of Florianopolis. It is a notably relevant theme, concerning the Population in Street Situation and, specially, the women in street situation and the gender-based violence experienced by them. With this study, we realized that the women hardly ever interrupt the violent situation, usually because they are afraid of suffering more violence in the street and, for their own protection, they end up involved in a affective relationship.

Keywords: POPULATION IN STREET SITUATION, WOMAN, GENDER-BASED VIOLENCE.

LISTA DE SIGLAS

APAV- Apoio à Vítima, Violência Doméstica.

B.O - Boletim de Ocorrência.

CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

CAPSAD - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas Continente.

CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra a Mulher.

CEJIL- Centro para a Justiça e o Direito Internacional.

Centro POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua.

Cepevid - Coordenadoria de Execução Penal e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

CIAMP-Rua - Monitoramento da Política para População em Situação de Rua.

Cladem - Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher.

CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social.

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas.

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social.

CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

CREMV - Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

DP - Delegacia de Polícia.

GTI - Grupo de Trabalho Interministerial.

HU - Hospital Universitário.

IML - Instituto Médico Legal.

LA - Liberdade Assistida.

Loas - Lei Orgânica de Assistência Social.

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

MGF - Mutilação Genital Feminina.

MNMMR - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

MNPR - Movimento Nacional da População em Situação de Rua..

NOB - Norma Operacional Básica.

NUSSERGE - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social e Relações de Gênero.

OEA - Organização dos Estados Americanos.

ONU - Organizações das Nações Unidas.

PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos.

PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis.

PNAS - Política Nacional de Assistência Social.

PNDH - Programa Nacional dos Direitos Humanos.

PNPR - Política Nacional para a População em Situação de Rua.

PSE - Proteção Social Especial.

PSC - Prestação de Serviços à Comunidade.

RG - Registro Geral.

SENARC - Secretaria Nacional de Renda e Cidadania.

SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social.

SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Cidade de Origem.....	43
Gráfico 2: O que mais gostam de fazer.....	46
Gráfico 3: Motivos que levaram a estar na rua.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ciclo da Violência.....	58
Tabela 2: Formas de Violência contra a Mulher e Familiar.....	76

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	15
2. SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	Erro! Indicador não definido.-18
2.1.TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA POPULACAO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	18
2.2.POLÍTICA NACIONAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E ALGUMAS NORMATIVAS.....	24
2.3. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM FLORIANÓPOLIS.....	28
2.4. CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - CENTRO POP DE FLORIANÓPOLIS	30
2.5. SERVIÇOS DE ATENÇÃO E DA REDE PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA QUE FREQUENTAM O CENTRO POP	36
2.6 GRUPO DE MULHERES NO CENTRO POP.....	37
3. OFICINA COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA.....	41
3.1.ANÁLISE A PARTIR DAS FALAS DO GRUPO DE MULHERES.....	68
3.2 AVALIAÇÃO DAS PARTICIPANTES NO QUE SE REFERE O GRUPO DE MULHERES.....	80
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	84
ANEXO.....	91

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso refere-se às mulheres em situação de rua e à violência de gênero, considerando um olhar a partir do grupo de mulheres do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP.

O interesse em pesquisar sobre a temática em relação às mulheres em situação de rua, participantes do grupo, surgiu da experiência como Estagiária de Serviço Social no Centro POP. A experiência com o grupo permitiu um maior contato com as mulheres que utilizam a rua como espaço de moradia e sobrevivência, conhecendo um pouco sobre a rotina diária das participantes e as violências sofridas por algumas mulheres, principalmente a violência de gênero.

Neste estudo, serão abordadas as falas das mulheres participantes do Grupo no que se refere às violências sofridas por elas, com o intuito de compreender a seguinte questão: de que maneira o Grupo de Mulheres do Centro POP enfrentam a situação de violência?

A violência é um fenômeno que ocorre no cotidiano de muitas pessoas, e pode acontecer em qualquer parte/lugar. Em todo momento, nos defrontamos com situações de violência, basta assistir à televisão, escutar o rádio, acessar a internet ou andar pelas ruas. Os meios de comunicação deixam explícito o que ocorre em diversos espaços, independentemente de raça, etnia, idade, sexo e condição social.

As mulheres em situação de rua estão expostas à violência de gênero, visto que, historicamente e culturalmente são vistas como figura frágil e ao estar na condição de rua, tornam-se mais vulneráveis a sofrerem violência de gênero. A violência de gênero é a violência exercida de um sexo sobre o sexo oposto, em geral, refere-se à violência contra a mulher, que ocorre por meio da violência física, psicológica, patrimonial, moral ou sexual.

O objetivo geral deste estudo é compreender as formas de rompimento das situações de violência vividas por algumas participantes do Grupo de Mulheres em Situação de Rua no Centro POP. Nesta perspectiva, é importante considerar que o presente trabalho é de fundamental importância, pois possibilitará identificar e analisar as experiências das mulheres em situação de rua do município de Florianópolis expostas à violência de gênero, que se refere à violência contra a mulher.

Para a realização deste trabalho, utilizaremos a pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (1999, p. 65), é “desenvolvida a partir do material já elaborado, constituído

principalmente de livros e artigos científicos”, ou seja, refere-se aos materiais desenvolvidos por autores que já escreveram sobre o tema proposto, principalmente referente à violência de gênero e ao Centro POP na Política de Assistência Social.

Cabe salientar que também serão utilizadas as observações e registros durante a experiência de estágio, realizadas no período de 2015/1 até 2016/1, no Grupo de Mulheres do Centro POP.

A pesquisa realizada, por sua vez, foi qualitativa, que, conforme Dias (2010, p. 46), “envolve o uso de dados qualitativos obtidos em entrevistas, documentos e observações, para a compreensão e explicação dos fenômenos”. Ainda de acordo com o mesmo autor, “os métodos de pesquisa qualitativa são projetados para ajudar os pesquisadores a compreender as pessoas e os contextos sociais e culturais em que vivem” (DIAS, 2010, p. 47).

Para a coleta de informações, foi utilizada observação participante. De acordo com Sousa (2008), isso quer dizer que, além da observação há a interação com o outro, que participa ativamente no processo de observação. O mesmo autor, também, cita Cruz Neto, ao afirmar que “observar é muito mais do que ver ou olhar. Observar é estar atento, é direcionar o olhar, é saber para onde se olha” (SOUZA, 2008, p. 126)

No que diz respeito à observação, Sousa (2008, p. 126) traz à tona a definição clássica, considerando que:

[...] observação é o uso dos sentidos humanos (visão, audição, tato, olfato e paladar) para o conhecimento da realidade. Mas não um uso ingênuo dos sentidos, e sim, um uso que tem como objetivo produzir um conhecimento sobre a realidade – tem-se um objetivo a alcançar.

Este trabalho está estruturado em dois capítulos, sendo o primeiro um breve resgate histórico do Serviço Especializado para População em Situação de Rua na Política de Assistência Social, destacamos a Política Nacional para População em Situação de Rua, a População em Situação de Rua em Florianópolis, o Centro POP de Florianópolis e os serviços ofertados para as mulheres em situação de rua. Ainda nesse capítulo, informamos a importância do Grupo de Mulheres no Centro POP.

No segundo capítulo, abordamos a oficina com as mulheres em situação de rua, realizamos a análise a partir das falas do Grupo de Mulheres e por fim, fazemos a avaliação das participantes do grupo.

A violência contra a mulher, para Teles e Melo (2012, p. 7) “[...] trata-se como uma questão política: sensibilizar cada mulher e cada homem para que atue na

construção das tão propaladas igualdade, justiça social, cidadania, democracia, autonomia”.

Não podemos naturalizar a violência contra as mulheres que ocorre no mundo. Cada cidadão e cidadã têm o direito de ter a liberdade, seja de escolha, de expressão, física, direito de ir e vir.

2. SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A partir de um breve resgate histórico, será apresentada, nesta primeira seção, a trajetória da Assistência Social Brasileira, assim como a Política Nacional para População em Situação de Rua, com a finalidade de compreender como surgiu o Serviço Especializado para a População em Situação de Rua. Além disso, será apresentado o Serviço Especializado para a População em Situação de Rua da cidade de Florianópolis e o Grupo de Mulheres, atividade oferecida neste equipamento.

2.1. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A aprovação da Constituição Federal de 1988 mudou o olhar em relação à Assistência Social, reconhecendo-a como política pública e a integrando com Saúde e Previdência Social na esfera da Seguridade Social.

Segundo Silva (2010, p. 21), por conta do “art.194, que trata da Seguridade Social, o cidadão brasileiro tem garantido, como direito e dever do Estado, o acesso aos bens e serviços da Previdência, da Saúde e da Assistência Social, formando o tripé da Seguridade Social”.

Dessa forma, conforme o Artigo 194 da Constituição Federal:

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL, 2012, p. 115).

A Constituição Federal de 1988 é considerada um grande avanço. Como Silva (2010, p. 21) destaca, “pela primeira vez na história política do país, houve a inclusão da assistência social como integrante do Sistema de Seguridade Social e de direito de cidadania social”.

De acordo com o Art. 203 da Constituição Federal, a Assistência Social tem como objetivos:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social e tem por objetivos:
I – a proteção a família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
II – o amparo a crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção de integração ao mercado de trabalho;
 IV– a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
 V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 2012, p.120).

Ainda, no que se refere à Assistência Social, de acordo com o art. 204 da Constituição Federal de 1988:

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:
 I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas as esfera estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;
 II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (BRASIL, 2012, p. 120).

Em 07 de dezembro de 1993, foi aprovada a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), que regulamenta e incorpora um novo significado para a Assistência Social. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS), a Loas “estabelece normas e critérios para organização da assistência social, que é um direito, e este exige definição de leis, normas e critérios objetivos” (BRASIL, 2009, p. 4).

Segundo consta na Lei nº 8.742 de 1993, Loas, que dispõe da Assistência Social, esta define:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prove os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 2010, p. 6).

Conforme o Art. 2º da Loas, a Assistência Social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; II - a vigilância socioassistencial, que visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais (BRASIL, 2010, p. 6).

A Loas de 1993 também aponta a organização da Assistência Social, expondo os princípios, as diretrizes, como a gestão deve ser organizada, os benefícios, programas e projetos de assistência e o financiamento.

Já de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004, p. 31), a assistência social, como política social pública, “incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal”.

No ano de 2003, em Brasília, foi realizada a IV Conferência Nacional de Assistência Social que avaliou os dez primeiros anos da Loas e teve como principal deliberação a construção e implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Com esses avanços, em 2004 é publicada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que “realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” (PNAS, 2004, p.33).

A PNAS tem como objetivos:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem;
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural;
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (PNAS, 2004, p.33).

A PNAS (2004) se organiza através de diretrizes, que são baseadas na Constituição Federal (1988) e na Loas (1993). Essas diretrizes são:

- I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estaduais e municipais, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;
- II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III - Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;
- IV - Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (PNAS, 2004, p. 32-33).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi aprovado em 2005, segundo Garcia (2013, p. 73) seu “modelo de gestão é descentralizado e participativo constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais”. O SUAS vem seguindo as diretrizes da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), ainda segundo a autora, essa norma “determina o caráter do SUAS, as funções da política pública de Assistência Social para extensão da proteção social brasileira, [...] deliberação que compõe o processo democrático de gestão do SUAS financiamento e regras de transição” (GARCIA, 2013, p. 73).

Em 2006, foi aprovada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), “a fim de regular a gestão do sistema em seus eixos estruturantes”, como afirma Swoboda (2015, p. 19).

De acordo com a PNAS e a Norma Operacional Básica NOB/SUAS:

A realidade brasileira nos mostra que existem famílias com as mais diversas situações socioeconômicas que induzem à violação dos direitos de seus membros, em especial, de suas crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência, além da geração de outros fenômenos como, por exemplo, pessoas em situação de rua, migrantes, idosos abandonados que estão nesta condição não pela ausência de renda, mas por outras variáveis da exclusão social. Percebe-se que estas situações se agravam justamente nas parcelas da população onde há maiores índices de desemprego e de baixa renda dos adultos (PNAS, 2004, p.36).

Logo, os serviços socioassistenciais são organizados tendo como referências: “vigilância social, proteção social e defesa social e institucional” (PNAS, 2004. p. 39).

Em relação à estrutura e metodologia, os programas, projetos e serviços de Assistência Social no SUAS estão organizados em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, sendo este último dividido em Proteção Social de Média Complexidade e Proteção Social de Alta Complexidade.

Sobre a Proteção Social Básica, seus objetivos são “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (PNAS, 2004, p.33). Além disso, essa proteção é destinada:

[...] à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero, ou por deficiências, dentro outras) (PNAS, 2004, p.33).

Na prática, são previstos, programas e projetos de acolhimento, convivência e socialização das famílias e indivíduos, de acordo com a situação de vulnerabilidade

social identificada, esses serviços são oferecidos nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), sendo considerados serviços de Proteção Social Básica os serviços:

que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, a socialização e ao colhimento, em famílias cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho (PNAS, 2004, p.36).

Na Proteção Social Especial de Média Complexidade, conforme a PNAS (2004, p. 22), esses serviços “oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos”. Logo, afirma a PNAS (2004) que requerem maior estruturação técnica operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado.

A Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 109, de 11 de novembro de 2009, foi instituída pela Loas, segundo o CNAS¹ “[...] como órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social (atualmente, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) [...]”.

A Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 109, de 11 de novembro de 2009, aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2009, constituem unidades para a oferta de serviços especializados da Proteção Social Especial de Média Complexidade: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).

De acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, são considerados Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI;
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social;
- c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC;
- d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias;
- e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009, Diário Oficial da União, p. 2).

¹ Disponível em: <https://blogcnas.org/cnas/sobre/>.

Conforme a PNAS (2004), os serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade atendem famílias e indivíduos que se encontram sem referência ou em situação de ameaça, necessitando serem retirados do seu núcleo familiar ou comunitário. Nesses serviços, devem se garantir a proteção integral, como moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido.

No que diz respeito à população em situação de rua, de acordo com o Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (2011, p. 14), “com o processo de redemocratização do país, processaram-se também as primeiras iniciativas de organização da população em situação de rua”. Ainda, foram criados projetos que constituíram a base da formação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), em 1985, e, em 1981 a 1992, a Pastoral do Menor, realizou a Semana Ecumênica do Menor, na qual reuniu quase mil pessoas com foco “na defesa dos “meninos de rua” e na organização da luta por direitos de cidadania a este segmento” (BRASIL, 2011, p. 15).

Nesse contexto, as instituições de apoio e ajuda à população de rua direcionam-se para a afirmação do acesso desta população aos direitos humanos, à vida e à dignidade. Estas instituições buscaram, ainda, superar o caráter assistencialista e repressor da ação junto às pessoas em situação de rua com a introdução, no trabalho cotidiano, de um novo trato metodológico que priorizava a organização e o protagonismo como instrumento de resgate de direitos de cidadania das pessoas em situação de rua. Foi pela ação das Pastorais do Povo de Rua que essa população passou a ocupar novos espaços públicos, de forma organizada, para reivindicar melhores condições de vida (BRASIL, 2011, p. 15).

Em 2004, segundo o caderno de Diálogos sobre a População em Situação de Rua no Brasil e na Europa: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres (2013), houve um evento trágico, em São Paulo, onde ocorreu o ataque a 15 pessoas em situação de rua, sendo que sete delas faleceram. A morte brutal dessas pessoas exaltou a cobrança por proteção e políticas públicas para essa população. Esse grave e violento episódio gerou revolta e, desde então, começaram a surgir movimentos e encontros nacionais para discutir políticas públicas para população em situação de rua.

Assim, em 2005, o caderno de Diálogos sobre a População em Situação de Rua no Brasil e na Europa: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres (2013) criou-se o Movimento Nacional da População em Situação de Rua –MNPR, sendo apoiado pelos Catadores de Materiais Recicláveis.

Em 2005, segundo o Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, a secretaria Nacional de Assistência Social do MDS realizou o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua.

Nesse encontro foram impulsionadas as bases para a criação da Política Nacional sobre População em Situação de Rua, “que teve como objetivo fazer uma análise da realidade de vida desta população no Brasil, com a participação de atores qualificados, e traçar estratégias e diretrizes para a construção de políticas nacionalmente articuladas” (BRASIL, 2011, p. 17).

Em 25 de outubro de 2006, foi instituído decreto presidencial, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI). De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, este é coordenado pelo MDS, com a finalidade:

Elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão da população em situação de rua. O decreto considerou também a necessidade de articulação entre os diferentes níveis de governo e da participação da sociedade civil organizada nesse processo (BRASIL, 2011, p. 17).

Vale destacar que entre agosto de 2007 e março de 2008, conforme consta no Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (2011) iniciou-se a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.

Ainda em 2009, segundo Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua:

No II Encontro Nacional sobre População de Rua, de posse dos resultados da Pesquisa Nacional, concluída em 2008, e a partir das aprendizagens e experiências advindas do I Encontro Nacional e seus desdobramentos, foi estabelecida e validada a proposta intersetorial da Política Nacional para a População em Situação de Rua, consolidada por meio do Decreto n° 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui, também, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua – CIAMP –Rua (BRASIL, 2011, p. 18).

Em 23 de dezembro de 2009, com o Decreto n° 7.053 foi instituída a Política Nacional para População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política (CIAMP – Rua).

A seguir, apresentaremos a Política Nacional para População em Situação de Rua, assim como algumas normativas para a população que utiliza a rua como espaço de moradia e sobrevivência.

2.2. POLÍTICA NACIONAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E ALGUMAS NORMATIVAS

No Brasil, a Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPR) foi instituída pelo Governo Federal, com o decreto nº 7.053/2009, sendo um grande marco histórico, assumido como compromisso pelo Governo Federal, da sociedade civil organizada e o papel dos movimentos sociais. A finalidade é que as pessoas em situação de rua entrassem na agenda pública como cidadãos de direitos.

Dessa forma, são considerados objetivos da PNPR, em seu Art. 7º:

I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda; II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua; III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua; IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua; V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos; [...] (BRASIL, Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009).

Para a definição de população em situação de rua, a PNPR utiliza o seguinte conceito:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, Decreto nº 7053/2009, Art. 1º, Parágrafo Único).

A PNPR de 2009, em seu art. 5º, tem como princípios, além da equidade e igualdade:

I - respeito à dignidade da pessoa humana;
 II - direito à convivência familiar e comunitária;
 III - valorização e respeito à vida e à cidadania;
 IV - atendimento humanizado e universalizado; e
 V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.
 (BRASIL, Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009)

Conforme consta no Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, a PNPR:

Enfoca a intersetorialidade como estratégia de negociação permanente para o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios que atendam

aos direitos humanos das pessoas em situação de rua nas diversas políticas públicas, de modo a formar uma rede que assegure a efetividade e a qualidade da atenção ofertada (BRASIL, 2011, p. 18).

Segundo o Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (BRASIL, 2011, p. 19) “o maior desafio para a prática da intersetorialidade é o estabelecimento de uma gestão integrada co-responsável pela atenção integral aos cidadãos”. A PNPR utiliza como estratégia para o enfrentamento a este desafio, a criação de Comitês Gestores Intersetoriais locais. Ainda, de acordo com o Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, “os quais devem contar com representações das áreas de política públicas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua e de fóruns, movimentos e entidades representativas deste segmento da população” (BRASIL, 2011, p. 19).

Destarte, o Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, coloca que os Comitês Gestores Intersetoriais deverão:

Contemplar a pactuação de responsabilidades e fluxos de articulação intersetorial institucionalizados para assegurar a atenção integral às pessoas em situação de rua. Os protocolos de articulação intersetorial pactuados entre as diversas políticas representam instrumento particularmente importante, tendo em vista a efetivação do atendimento às diversas demandas da população em situação de rua (BRASIL, 2011, p. 21).

Logo, além da instituição dos Comitês, conforme o Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, a Política Nacional prevê dentre seus dispositivos:

- Qualificação da atenção por meio da formação e a capacitação permanente de profissionais e gestores; e desenvolvimento de pesquisas, produção, sistematização e disseminação de dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população em situação de rua;
- Instituição de contagem oficial da população em situação de rua;
- Implantação de Centros de Defesa dos Direitos Humanos da População de Rua;
- Acesso da população em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda; [...] (BRASIL, 2011, p. 21).

Tais dispositivos previstos na Política Nacional são abordados na instituição, na qual a população em situação de rua tem acesso a orientações de benefícios previdenciários, assistenciais e aos programas de transferência de renda. Em relação às capacitações e formação, os profissionais e gestores estão sempre se qualificando. Cabe

destacar que em 2015, foi realizado o Projeto Contagem da População em Situação de Rua, no período de um mês e 11 dias em Florianópolis.

É importante mencionar que, segundo consta no Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua,

A PNPR, ao propor ações e estabelecer responsabilidades para diferentes áreas das políticas públicas, reconheceu o significado histórico das lutas e os direitos das pessoas que vivem nas ruas das grandes cidades em condições de aviltamento, realidade incompatível com o estágio de desenvolvimento alcançado pela humanidade (BRASIL, 2011, p. 22).

A PNPR, de acordo com o Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, ganhou relevância juntamente com a Inclusão no Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3) de ações programáticas para esse segmento. Dessa forma, foram previstas na PNDH-3, as seguintes ações voltadas para a população em situação de rua:

i) geração de emprego e renda; ii) enfrentamento ao preconceito; iii) garantia do registro civil; iv) acesso a serviços de saúde e a atendimento médico; de programas de reinserção; proteção contra abusos e exploração sexual; v) prevenção à violência contra esse segmento; capacitação de policiais para o atendimento cidadão e a não violência em relação à população de rua; vi) punição para policiais que cometam violência contra população em situação de rua e vii) criação de centros de referência e garantia de serviços de acolhimento adequados (BRASIL, 2011, p. 22).

Desta forma, a PNPR e a PNDH-3, conforme o Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (2011, p. 22) colocaram a importância do “reconhecimento dos direitos da população em situação de rua”.

A Instrução Operacional conjunta Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC), Nº 07, de 22 de novembro de 2010, têm como “objetivo disseminar orientações para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)” (BRASIL, 2011, p. 110).

Conforme a Cartilha Inclusão das pessoas em situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo (2011, p. 7), “a inclusão no Cadastro Único atrelada à vinculação aos equipamentos e serviços do SUAS constituem estratégias fundamentais para fortalecer ações de caráter intersetorial para o resgate de direitos e acesso à cidadania das pessoas em situação de rua”. Vale lembrar que é o cadastramento que permite que o Poder Público conheça quem são as pessoas em situação de rua e onde estão localizadas.

A Política Nacional para População em Situação de Rua foi construída com a participação da população em situação de rua e seus representantes, juntamente com a esfera do Governo. Consideramos um avanço a construção coletiva da Política com a sociedade, que indica que há diálogo com os movimentos da População em Situação de Rua e com os Comitês.

Cabe destacar que o Estado precisa oferecer alternativas para que as pessoas não precisem ficar nas ruas, pois elas estão nas ruas pela negação de direitos, que não lhe foram totalmente garantidos. É muito importante, então, trabalhar com o processo de construção de autonomia, para que o cidadão possa sair dessa situação.

Na próxima seção, será abordado o Projeto Contagem da População em Situação de Rua no Município de Florianópolis, que demonstra a média de pessoas em situação de rua neste território, elencando entre a região central, sul, leste, norte e continente.

2. 3. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM FLORIANÓPOLIS

O Projeto Contagem Oficial da População em Situação de Rua mapeou a população em situação de rua no município de Florianópolis, onde realizou o levantamento de dados sociodemográficos da população que utiliza a rua como espaço de moradia e sobrevivência.

Em agosto de 2014, o município de Florianópolis

Assinou o Termo de Adesão à Política Nacional para População em Situação de Rua, junto a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, que tem entre seus objetivos, além de assegurar o acesso simplificado e seguro da população em situação de rua aos serviços e programas das várias políticas públicas, tem também como finalidade instituir a **Contagem Oficial da População em Situação de Rua** (PROJETO CONTAGEM DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 2016, p.1).

Neste projeto, foram aplicados questionários no período de um mês e 11 dias, em instituições como Centro POP, Acolhimento Institucional para Homens em Situação de Rua I de Capoeiras, Acolhimento Institucional para Homens em Situação de Rua I do Centro, Casa de Passagem para Mulheres em Situação de Rua e/ou Violência, Albergue (acolhimento para homens e mulheres), Unidade Entidade de Assistência Social, cofinanciada pelo Município, de acolhimento “Escrava Anastácia”, “Engenho de Deus” e “República Escrava Anastácia”, e também nas ruas, através do Serviço de Abordagem Social.

É importante destacar que, segundo o Projeto Contagem da população em Situação de Rua (2016), houve a participação de membros do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para População em Situação de Rua.

Ainda, de acordo com Projeto Contagem da população em Situação de Rua (2016, p. 9) “o intuito desse projeto é estimar um número de pessoas em situação de rua em Florianópolis e conhecer o perfil das mesmas”.

Conforme consta no Projeto Contagem da população em Situação de Rua (2016) foram identificadas 421 pessoas em situação de rua no município de Florianópolis. Assim,

[...] do total de 421 pessoas em situação de rua, 144 foram identificadas como acolhidas e 277 pessoas estariam pernoitando no momento da aplicação do questionário fora de um espaço de acolhimento disponibilizado pela PMF (seja em conveniada ou governamental). Das 144 pessoas acolhidas, 46 foram cadastradas no Albergue Municipal, o qual tem característica específica de pernoite e não de acolhimento institucional com projeto de acompanhamento personalizado. Dessas 277 pessoas pernoitando em situação de rua, foram identificados 105 pessoas no Centro POP, 104 pessoas no centro de Florianópolis, 21 pessoas no norte, 17 pessoas no continente, 10 no leste e 3 no sul. Em 17 casos não foi possível identificar o local do respondente (PROJETO CONTAGEM DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 2016, p. 9-10).

Cabe destacar que a maioria, de acordo com os dados levantados, dorme na rua, em diversos locais, como o Centro de Florianópolis, Norte, Sul, Leste e Continente. Assim, 144 são pessoas acolhidas em instituições.

No projeto, também foram levantados os motivos para vir a Florianópolis. De acordo com o Projeto Contagem da população em Situação de Rua (2016 p. 12), “trabalho 64%; familiar 11%; turismo 13%; mudar de Vida 3%; motivo de saúde 3%; conhecidos 1%; outros 5%”.

Ainda, o Projeto Contagem da população em Situação de Rua ressalta que:

88% são homens; a idade média dessa população é de 37 anos; 58% se autodeclararam brancos, 19% negros e 21% pardos; A maior parte dessa população tem ensino fundamental incompleto (35%), seguido por ensino médio completo (23%). Destacamos que 8 pessoas em situação de rua tinham ensino superior completo; 66% ainda mantém contato com algum membro da família; 20% da população em situação de rua não faz uso de nenhum tipo de droga; dos que fazem uso de drogas, 77% faz uso diário de algum tipo de droga; dos 80% que fazem uso de álcool e/ou outras drogas ilícitas 27% são etilistas exclusivos, mas 70% fazem uso de álcool; 53% fazem uso de maconha; 37% fazem uso de crack; e 27% fazem uso de cocaína; Dos respondentes, 61% da população em situação de rua relatou não ter sofrido violência de nenhum tipo no último ano (referente até o mês de aplicação dos questionários). Daqueles que relataram ter sofrido violência, População em situação de rua 43%; familiares 12%; polícia 55%; guarda 17%; desconhecidos 17%; outros 4% (PROJETO CONTAGEM DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 2016, p. 12-13).

Através de observações no campo de estágio, percebe-se que a maioria das pessoas em situação de rua mantém contato com a família, pelo menos uma vez por semana, através de ligações, as quais, em maioria, são realizadas no Centro POP. Conforme constatado acima no projeto, 77% dessas pessoas fazem uso de algum tipo de drogas diariamente, entre elas cocaína, crack e maconha e dos 80% que fazem uso de álcool e/ou outras drogas, 70% fazem uso de álcool.

No que diz respeito à violência, 43% sofreram violência da população em situação de rua e o maior índice de violência praticada foi em relação à polícia, com 55% das agressões. Durante o estágio, observamos nas falas da população em situação de rua a forma repressiva como são abordados pelos policiais, visto que essas pessoas não são tratadas com dignidade e respeito.

Barroco (2011, p. 209) afirma que “[...] violência contra o outro, e todas, são mediadas moralmente, em diferentes graus, na medida em que se objetiva a negação do outro: quando o outro é discriminado lhe é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças”.

A população em situação de rua carrega o estigma e preconceito por estar na condição de rua. A violência, infelizmente, está nesses espaços e aparece mediada moralmente, onde objetiva a negação do outro.

A seguir, abordaremos o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), onde serão ressaltados os respectivos encaminhamentos, articulações com outros serviços, sendo estes disponíveis para a população em situação de rua de Florianópolis.

2.4. CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - CENTRO POP DE FLORIANÓPOLIS

No período de 2015/1 a 2016/1, realizei Estágio Não Obrigatório I², Estágio Obrigatório I³ e II⁴ na instituição, assim tendo uma maior aproximação com a população em situação de rua de Florianópolis/SC.

² Conforme a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, Legislação Federal sobre estágios de estudantes, o Estágio Não Obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

³ De acordo com a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, Legislação Federal sobre estágios de estudantes, o Estágio Obrigatório I é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

O Centro POP está localizado na Av. Gustavo Richard, s/n – Centro/Florianópolis, anexo à passarela do Samba “Nego Quirido”. Esse espaço é um local de difícil acesso, para chegar à instituição é necessário passar a passarela, pois é uma avenida com fluxo intenso de carros. Esse serviço presta atendimento às pessoas que utilizam a rua como espaço de moradia e sobrevivência.

Conforme consta no relatório do Projeto Contagem da População em Situação de Rua,

No Município de Florianópolis, as ações governamentais de atendimento a população em situação de rua tiveram sua origem na implantação do Programa Abordagem de Rua, em 2001, com a constituição de uma equipe técnica formada por profissionais de Serviço Social e educadores sociais com o objetivo de realização de abordagem aos moradores em situação de rua para prestar apoio e encaminhamentos aos serviços públicos necessários (PROJETO CONTAGEM DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 2016, p. 1).

De acordo com a Prefeitura Municipal de Florianópolis (2016), o Centro POP é uma instituição pública e estatal, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo um Serviço da Proteção Social Especial de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Segundo consta no Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (2011, p. 42), "todo Centro POP deve ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para pessoas em Situação de Rua".

Através de informações coletadas no campo de estágio, o Centro POP foi criado em dezembro de 2010, conhecido como antiga Casa de Liberdade, atendia crianças e adolescentes no contraturno escolar. No Centro POP estão disponíveis os seguintes serviços: Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e Serviço Especializado de Abordagem Social. O primeiro atende as pessoas em situação de rua que procuram o Centro POP, já o segundo recebe denúncias diariamente, através do 0800-643-1407 ou no celular 9957-2147, e há uma equipe que faz busca ativa das pessoas nas ruas oferecendo apoio ou referenciando ao Centro POP.

O Serviço de Abordagem Social oferta de forma contínua e programada trabalho social de abordagem e busca ativa, identificando nos territórios a incidência de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua. Dessa forma busca a resolução de necessidades imediatas evitando os riscos que a rua oferece, promovendo encaminhamentos ao Centro POP, Hospitais Gerais,

⁴ Segundo a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, Legislação Federal sobre estágios de estudantes, o Estágio Obrigatório II é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

IPQ, demais serviços de saúde oferecidos pelo município, além de promover a articulação com outros atores da rede. O serviço se caracteriza enquanto proposta de atendimento sócio-educativo, com o compromisso restabelecer vínculos familiares, escolares e comunitários de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua, identificando ainda situações de violação de direitos (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, FLORIANÓPOLIS, 2016).

Sendo assim, o Centro POP

Representa o **espaço de referência para o convívio grupal, social e para o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito**. Na atenção ofertada o Serviço Especializado para as Pessoas em Situação de Rua devem proporcionar vivências para o alcance de autonomia, estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social (BRASIL, 2011, p. 6).

No Centro POP, é importante que se tenha um espaço para a aplicação de oficinas, grupos, filmes, para homens e mulheres, no que se refere à violência de gênero. Consideramos relevante que sejam inseridas no cotidiano dessa população questões pertinentes a vivência deles. Assim, é necessário incitar debates sobre a não discriminação, o preconceito e a violência, em especial de gênero.

Ainda, conforme informações e observações no campo de estágio, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua conta com equipe formada por assistentes sociais, psicólogos e educadores sociais. Os atendimentos psicossociais têm como foco a construção de um projeto de vida para os usuários, através de fortalecimento de vínculos familiares e/ou interpessoais. Ainda durante os atendimentos, a equipe faz orientações, encaminhamentos a outras políticas e serviços, assim como atendimento às demandas. Já os educadores sociais, são responsáveis pela organização dos pertences pessoais nos armários, sala de convivência, higiene pessoal, alimentação, contato telefônico, cadastro dos usuários, elaboração de currículos e orientações sobre vagas de emprego, cursos, documentação, entre outros.

De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, em relação às pessoas em situação de rua,

A oferta de atenção especializada na PSE tem como objetivo a construção de novos projetos e trajetória de vida, visando à construção do processo de saída das ruas e o alcance da referência como sujeitos de direitos na sociedade civil (MDS, 2011, p. 37).

Segundo a Resolução N° 109, de 11 de novembro de 2009, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua tem como finalidade:

Assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Oferece trabalho técnico para análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção as situações de violência (RESOLUÇÃO N° 109, 2009, p. 29).

O Centro POP funciona das 8h até as 17h. O serviço disponibiliza alimentação (café da manhã, almoço e café da tarde), banheiro para higiene pessoal, espaço para guarda-volumes, lavanderia, contato telefônico, confecção de currículos, acesso à internet e o cadastro do CadÚnico. Cabe destacar que através do registro civil, o indivíduo pode comprovar a sua existência. Em relação ao trabalho, ele precisa da Carteira de Trabalho, para ser registrado formalmente. Caso não tenha documentos, necessita da Certidão de Nascimento para dar entrada ao processo de confecção dos outros documentos, como Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF). Esse processo de documentação é demorado, e devido às condições que o indivíduo se encontra, é preciso que seja agilizado. Ao acessar o Centro POP, recebem algumas orientações, como em relação a emprego, documentações, acesso aos serviços de saúde e atendimento médico, garantia de serviços de acolhimentos adequados, entre outros, são orientações realizadas no serviço de segunda-feira a sexta-feira.

O Centro POP conta com o Grupo de Acolhimento nas terças-feiras (este grupo é destinado aos usuários que chegam pela primeira vez no serviço, com o objetivo de informá-los sobre a instituição e a rede de apoio disponível); com o Grupo de Mulheres (quartas-feiras pela manhã); aulas de basquete (quartas-feiras pela manhã); aulas de música (quartas-feiras período da tarde) e atividades na sala de convivência.

O Centro POP de Florianópolis é formado por uma Coordenadora Técnica (uma assistente social), Coordenação Administrativa (um educador social), Técnico Administrativo, Equipe (cinco assistentes sociais, três psicólogos, 11 educadores sociais, um motorista, auxiliares de serviços gerais, dois vigilantes patrimoniais e dois guardas municipais). O serviço atende por dia uma média de cem pessoas que procuram a instituição ou que são abordados pelos profissionais especializados da Abordagem Social.

Conforme observado durante estágio, os usuários do Centro POP que desejam fazer tratamento para dependência química são referenciados ao Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas Continente (CAPS AD).

Segundo a Prefeitura Municipal de Florianópolis, o CAPS AD

É responsável pela atenção aos usuários territorializados nas áreas continentais de Florianópolis e parte do Centro. Também é o serviço que destina atenção a população em situação de rua. Deve oferecer atendimento diário aos pacientes que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas, integrando os serviços comunitários como programa de saúde da família e permitindo o planejamento terapêutico dentro das necessidades de cada usuário do serviço (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2010).

Este serviço está localizado no bairro Estreito, seu horário de funcionamento é das 08h às 18h, de segunda à sexta-feira, sendo um serviço de porta aberta para pessoas que buscam atenção à dependência química. Neste local, também são realizadas avaliações para acolhimento na Comunidade Terapêutica Lar Recanto da Esperança a qual o município possui convênio.

Outro local de saúde referenciado pelo Centro POP é o Centro de Saúde da Prainha/SC, onde há um enfermeiro de referência que faz a entrevista inicial aos usuários. Os acolhimentos ocorrem das 8h às 9h ou das 13h às 14h. Os atendimentos com dentista é nas terças-feiras às 8h por ordem de chegada.

Cabe destacar ainda, que há um serviço de saúde chamado Consultório na Rua que está situado no Centro de Saúde da Prainha. Este serviço conta com uma equipe formada por Assistente Social, Psicóloga, Médica, Enfermeira e motorista. A equipe vai até o local onde a população de rua está inserida naquele momento. Semanalmente são realizados estudos de casos entre a equipe do Consultório na Rua juntamente com o Centro POP e o Serviço de Abordagem Social para troca de informações dos usuários.

Conforme o Guia do Projeto Consultório de Rua,

O Consultório de Rua, como estratégia de atenção à saúde realizada no próprio local onde vive a população de rua, é uma iniciativa que estabelece um paradigma diversificado nos cuidados à saúde global dessas pessoas, amplamente expostas a situações de risco de vida (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2012, p. 32).

Já em relação aos problemas frequentemente encontrados nesta população, Swoboda (2015) cita o Manual sobre o Cuidado à Saúde, no qual podemos encontrar:

- tuberculose: com elevadas taxas de incidência e de abandono do tratamento.
- Segundo o Ministério da Saúde, a PSRS apresenta elevada taxa de “vulnerabilidade”; doenças como cirrose, hipertensão, diabetes, hepatite, herpes, bicho de pé,
- erisipela, escabiose, doença pulmonar obstrutiva; gravidez de risco devido ao uso de álcool, drogas e por contágio de HIV;
- doenças sexualmente transmissíveis, tais como: sífilis, HIV, entre outras doenças
- também oriundas dos espaços que habitam e fruto das intempéries a que estão submetidos(SWOBODA, 2015, p. 41).

Dentre essas doenças, também podemos citar a leptospirose e os casos de transtornos mentais não diagnosticados, sendo que esses usuários dificilmente aceitam ser acompanhados pela equipe do Centro POP e encaminhados à rede, de forma geral. A tuberculose, por ser uma doença infectocontagiosa, atinge uma grande parcela dessa população.

Nos atendimentos, além da demanda de saúde, os usuários apresentam diversas demandas, tais como orientações sobre documentos pessoais, trabalho, previdência, área jurídica, vaga em albergue, casa de apoio social, entre outros. Assim, de acordo com cada demanda são realizados encaminhamentos e articulações necessárias para atender a demanda de cada usuário.

Referente às demandas para albergue e casa de apoio social, é a equipe técnica do Centro POP, que avalia e encaminha o usuário que solicita a vaga.

Conforme informações obtidas no estágio, o Albergue Municipal de Florianópolis possui 35 vagas, sendo 29 masculinas e 6 femininas e as vagas são abertas diariamente pelo coordenador do local que informa o número de vagas do dia para a equipe do Centro POP. O período para acolhimento no albergue é de até 45 dias, podendo ser prorrogado quando o usuário está em acompanhamento com a equipe técnica do Centro POP. Há uma alta demanda para acolhimento nas instituições e para que o usuário seja encaminhado, precisa que ocorra a desistência ou que termine o prazo de outro usuário. Consideramos um processo maçante e concorrido, pois nem sempre há vagas disponíveis.

Segundo Swoboda (2015, p. 41) “o Albergue Municipal, inaugurado em agosto de 2014, tem o Centro POP como porta de entrada, ou seja, todos que buscam uma vaga lá necessitam ser encaminhados pela equipe técnica”.

Ainda, conforme informações obtidas no estágio há duas casas de apoio social ao morador de rua, Unidade de Acolhimento Institucional para Homens em Situação de Rua I (Capoeiras) e Unidade de Acolhimento Institucional para Homens em Situação de Rua II (Centro).

A Unidade de Acolhimento Institucional para Homens em Situação de Rua I (Capoeiras), na qual o usuário pode permanecer pelo período de 6 meses, possui 30 vagas e conta também como uma equipe técnica.

Conforme a Prefeitura Municipal de Florianópolis:

A Casa de Apoio Social ao Morador de Rua implantada em Janeiro de 2007, é um serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade que se destina ao acolhimento de pessoas com idade acima de 18 anos, do sexo

masculino, em situação de rua, com vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2016).

Já a Unidade de Acolhimento Institucional para Homens em Situação de rua II (Centro) está localizada em cima do Albergue Municipal, possui 20 vagas, o usuário pode permanecer na casa no período de 6 meses, onde também possui equipe técnica. Esta Unidade de Acolhimento Institucional para Homens em Situação de Rua é um Serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, desta forma, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009),

Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis (RESOLUÇÃO N° 109, 2009, p. 31).

O Centro POP conta com duas casas conveniadas com a Prefeitura Municipal de Florianópolis: a Casa de Apoio Engenho de Deus e Casa de Apoio Monte Serrat. Ambas visam à inserção no mercado de trabalho, sem ênfase em tratamento de saúde e principalmente a drogadição. A equipe do Centro POP encaminha apenas pessoas com perfil de desintoxicação, ou pessoas que não tenham dependência à droga.

A seguir, apresentaremos os serviços de atenção e da rede para as mulheres.

2.5. SERVIÇOS DE ATENÇÃO E DA REDE PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA QUE FREQUENTAM O CENTRO POP

O município de Florianópolis possui uma Casa de Passagem para Mulheres em Situação de Rua e/ou Violência, onde 6 vagas são destinadas a este público/perfil. Conforme consta na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009),

Acolhimento provisório para mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte ou ameaças em razão da violência doméstica e familiar, causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. Deve ser desenvolvido em local sigiloso, com funcionamento em regime de co-gestão, que assegure a obrigatoriedade de manter o sigilo quanto à identidade das usuárias. Em articulação com rede de serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas e do Sistema de Justiça, deve ser ofertado atendimento jurídico e psicológico para as usuárias e seus filhos e/ou dependente quando estiver sob sua responsabilidade (RESOLUÇÃO, N° 109, 2009, p. 32).

Cabe destacar que no dia 25 de abril de 2016 realizamos visita institucional a Casa de Passagem para Mulheres em Situação de Rua e/ou Violência. O local possui equipe de profissionais formada por um psicólogo, um assistente social, uma coordenadora, nove educadores sociais, um auxiliar de serviços gerais e um vigilante.

A Casa de Passagem tem estrutura em alvenaria e possui uma sala de estar, sala de coordenação/atendimento, uma sala de rouparia, quatro dormitórios (sala ampla com divisórias que dividem o ambiente em dormitórios), três banheiros (um adulto, um infantil e um para uso dos profissionais), uma brinquedoteca e uma lavanderia na parte externa da casa. O prazo de permanência na casa geralmente é de três meses. No entanto, dependendo da situação apresentada, esse prazo pode ser prorrogado.

A Casa de Passagem para Mulheres em Situação de Rua e/ou violência acolhe mulheres em situação de rua caso haja vagas, cabe destacar que seis vagas é um número escasso, visto que, atualmente em Florianópolis, muitas mulheres se encontram em situação de rua, porém, algumas não possuem mais o vínculo familiar e continuam na condição de rua. Ainda, cabe mencionar que não é todo o perfil que a Casa atende, pois a mulher não pode ter como diagnóstico transtorno mental e drogadição, segundo as normas da instituição colocariam as famílias – uma vez que, acolhe mulheres e seus filhos - que estão na casa em risco. No entanto, quando a mulher faz uso de álcool ou outras drogas, se ela estiver em tratamento no CAPS AD, existe a possibilidade de ser encaminhada para a instituição.

Em relação ao Albergue Municipal, os quartos femininos e masculinos são divididos, e existe um quarto para as mulheres, que possui também 6 vagas, o que também é um número muito pequeno. No que diz respeito à rede de atendimento às mulheres em situação de rua, podemos dizer que há quase uma ausência de rede para essas mulheres e os números de vagas em instituições são baixos fazendo com que inúmeras mulheres continuem na condição de rua. No Centro POP, ocorre semanalmente (todas as quartas-feiras) das 10h às 11h30 o Grupo de Mulheres na sala de convivência.

A seguir, apresentaremos conceito de grupos, como surgiu o grupo de mulheres e a importância de estar inserido no equipamento.

2.6. GRUPO DE MULHERES NO CENTRO POP

Ao longo do processo de Estágio, especificamente no período de 1 (um) ano tive a oportunidade de perceber que as mulheres não possuíam um espaço para elas, havendo momentos em que elas questionavam a falta de um espaço para as mesmas. Todas as atividades dentro do Centro POP estavam ligadas diretamente aos homens e às mulheres, mas não especificamente só às mulheres.

A partir do desejo das mulheres, criamos o Grupo de Mulheres que acontece semanalmente, todas as quartas-feiras das 10h às 11h30, na sala de convivência da instituição. Nos encontros, há a participação da assistente social, estagiária em Serviço Social e duas educadoras sociais da instituição.

Especificamente em agosto de 2015, deu-se início ao Grupo de Mulheres, cujo objetivo foi proporcionar um ambiente de diálogo no qual as mulheres teriam a oportunidade de serem ouvidas nas suas demandas e histórias de vida, para que pudessem criar alternativas com foco na transformação da realidade em que estão inseridas. Cabe mencionar que as mulheres inseridas no grupo podem falar sobre tudo, pois esse espaço é somente para elas, sozinhas, longe de seus companheiros. O intuito é que, através desses encontros, as participantes do grupo obtenham as informações necessárias sobre seus direitos como cidadãs e mulheres, para que elas possam usá-los como estratégias de defesa, bem como criar formas de empoderamento de sua autonomia.

Nesses encontros, as mulheres apresentavam as dificuldades que encontravam na rua e suas histórias de vida, colocando como fazem para sobreviver na condição de rua, onde dormem, como é a relação com seus companheiros, a autoestima delas, entre outros.

Vale salientar que se trata de um grupo aberto, podendo a cada encontro surgir novas participantes. Há momentos que participam doze mulheres e em outros, apenas duas, no qual há uma grande rotatividade a cada semana. Ainda, podemos ressaltar que foram encontradas algumas dificuldades no processo de construção do grupo, principalmente pelo perfil das mulheres no que diz respeito ao uso de álcool e/ou outras drogas, por estar na condição de rua e pela dificuldade delas em relação ao tempo e cronograma.

Cabe destacar que da criação do grupo até o presente momento, foram realizados 45 encontros, com os seguintes temas abordados: violência (em especial de gênero), saúde da mulher, desejo, solidariedade, família, sexualidade, preconceito, autoestima,

relacionamento, conflitos, perdão, como fazem para viver nas ruas de Florianópolis, história de vida dessas mulheres, participação de outros profissionais, entre outros.

No grupo são utilizadas conversas, dinâmicas de grupo, artesanatos, produtos de beleza (com foco na autoestima), participação de profissionais, músicas, filmes, a fim de proporcionar um ambiente seguro para as mulheres e que possa criar vínculos de confiança.

Para conceituar grupos, Siqueira (2008) cita Enrique Pichón Riviére, quando diz:

Grupo é todo conjunto de pessoas ligadas entre si por constantes de tempo e espaço, e articuladas por sua mútua representação interna, que se propõe explícita ou implicitamente uma tarefa que constitui sua finalidade. Podemos dizer, então que estrutura, função, coesão e finalidade, juntamente com o número determinado de integrantes, configuram a situação grupal, que tem seu modelo natural no grupo familiar (PICHÓN RIVIÉRE, 1982, apud, PEREIRA, p. 284-285).

Desse modo, para o Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, a formação de grupos faz parte do Acompanhamento Especializado do Serviço e deve ter como objetivos:

Possibilitar espaço coletivo de apoio e reflexão sobre a realidade de vida dos usuários, considerando suas especificidades e conflitos; oportunizar a percepção e o fortalecimento de identidades e interesses comuns por parte dos usuários; favorecer discussões sobre direitos socioassistenciais e estimular formas de solidariedade, defesa, proteção de direitos e solução de conflitos em comum; incentivar o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e/ou sociais; ampliar conhecimentos e oportunizar o acesso à informação com relação a demandas individuais e coletivas; construir novas perspectivas e projetos de vida (BRASIL, 2011, p. 88).

Como estratégia de intervenção profissional, será utilizada técnica de dinâmica de grupo, assim levantando através de dinâmicas, debates sobre o tema escolhido focando na participação das mulheres. Sousa ressalta que “o instrumento que se adapta aos objetivos profissionais – no caso, a dinâmica de grupo deve estar em consonância com as finalidades estabelecidas pelo profissional” (SOUSA, 2008, p. 127).

Durante os encontros, avaliamos com as mulheres as próximas oficinas, debates, trabalhos manuais, filmes que gostariam que fossem trabalhados, lembrando que o grupo é um espaço criado para elas. Assim, fazendo com que elas escolham as temáticas a serem desenvolvidas.

Conforme Sousa destaca, a dinâmica de grupo:

É uma técnica que utiliza jogos, brincadeiras, simulações de determinadas situações, com vistas a permitir que os membros do grupo produzam uma reflexão acerca de uma temática que tenha relação com o objeto de sua intervenção – as diferentes expressões da “questão social” (SOUSA, 2008, p. 127).

Consideramos as dinâmicas de grupo como um instrumento que faz com que as participantes sintam-se a vontade para expressar suas opiniões, ou até mesmo colocar suas experiências de forma espontânea.

No grupo, o vínculo entre usuárias e instituição é de extrema importância, pois a partir do grupo que surgem demandas, diálogos, relatos, dúvidas e sugestões.

Andaló afirma que:

No vínculo, cada sujeito reconhece o outro como diferenciado de si e ao mesmo tempo relacionado com ele. Nesse processo, de mútua representação interna, internalização recíproca ou totalização, é que emerge o “nós”, ou seja, a vivência da unidade vincular ou grupal, que se transforma em “pertinência” - o sentimento de integrar um grupo, identificar-se com suas vicissitudes e seus acontecimentos (ANDALÓ, 2006, p. 58).

A autora Andaló (2006) complementa dizendo que o vínculo é compreendido como um fator importante de interação, e o grupo entendido como uma trama vincular, em que ambos são o instrumento e o cenário da resolução das necessidades, de tal forma que têm historicidade individual e social.

Contudo, Siqueira (2008, p. 2) afirma em seu texto “o trabalho com grupos pode trazer resultados mais consistentes, a possibilidade de se vivenciar a cooperação, fortalecendo vínculos entre os membros; pode ser também um caminho para a participação na defesa e conquistas de direitos”.

Para Zimerman e Osório (1997), citado por Siqueira, referem-se aos atributos do coordenador de grupo, afirmando que:

Impossível dissociar um adequado manejo técnico em qualquer modalidade de grupo, sem que haja uma simultânea atitude interna na pessoa real do profissional. Assim, além dos necessários conhecimentos (provindos de muito estudo e leituras), de habilidades (treino e supervisão), as atitudes [...] são indispensáveis, e elas são tecidas com alguns atributos e funções [...] (ZIMERMAN; OZÓRIO, 1997, apud SIQUEIRA, 2008, p. 9).

No grupo, o assistente social poderá agir como o facilitador, provocando as reflexões das participantes. Siqueira (2008, p. 9) considera que “a pessoa do coordenador é o recurso mais precioso que se tem quando se trabalha com grupo”. Assim, cabe ao profissional olhar a realidade que as mulheres vivenciam e, a partir de então, criar formas de pensar e agir nos processos de intervenção profissional.

Na próxima seção, apresentaremos a oficina realizada pela equipe do NUSSERGE/UFSC com o grupo de mulheres que frequentam o Centro POP.

3. OFICINA COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Iniciaremos este capítulo com a oficina realizada pela Professora Dra. Teresa Kleba Lisboa e pela equipe do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social e Relações de Gênero NUSSERGE/UFSC no Centro POP do município de Florianópolis.

A ideia da realização da oficina surgiu na disciplina de Supervisão Pedagógica de Estágio Curricular I e II, na qual todos os acadêmicos expõem os projetos de intervenção e compartilham informações sobre as instituições na qual estão inseridos, com o intuito de pensar em alternativas, trocar saberes e a relação teoria e prática, objetivando a qualificação profissional de cada acadêmico.

De acordo com o Programa da Disciplina: Supervisão Pedagógica de Estágio Curricular II (2016), são objetivos da disciplina “adensar a compreensão do trabalho profissional no espaço institucional, contribuir nas discussões acerca do processo de estágio e da supervisão de estágio e favorecer o domínio da sistematização do exercício profissional”.

Assim, ao expor para a turma de Serviço Social e Professora Dra. Teresa o projeto de intervenção que vem sendo aplicado no Centro POP, percebemos que a violência de gênero sempre aparecia nos encontros através das falas das mulheres, semanalmente. A partir de então, a Professora Dra. Teresa colocou-se à disposição para a realização da oficina com as mulheres em situação de rua. Assim, entramos em contato com a coordenação do Centro POP, que manifestou interesse na realização da oficina no espaço institucional. Assim, a instituição, integrantes do grupo de mulheres (estagiária de serviço social, assistente social e educadoras sociais) e a Professora Dra. Teresa trocaram informações sobre o perfil e a realidade dessas mulheres, a fim de preparar uma oficina para as mulheres em situação de rua.

A proposta da oficina foi programada pela equipe do NUSSERGE/UFSC. Logo, agendamos para uma quarta-feira, pois não gostaríamos de mudar a rotina das participantes, e esse é o dia em que o grupo se reúne, e consideramos o espaço para elas, que aguardam para que o grupo aconteça.

Informamos as mulheres que frequentam o serviço na semana que antecedeu a oficina ser realizada. Explicamos que teríamos uma oficina com a participação de profissionais da Universidade Federal de Santa Catarina, pois caso informássemos sobre a temática a ser trabalhada, algumas mulheres poderiam não comparecer ao espaço, pois

possuem medo/receio de falar sobre a violência ou os companheiros poderiam não deixá-las participar.

No dia 22 de junho de 2016, foi realizada a oficina sobre Violência de Gênero com o Grupo de Mulheres em Situação de Rua. A oficina foi coordenada pela Professora Dra. Teresa Kleba Lisboa e pela equipe de apoio, Mayara Gelslechter e Carla Klitzke, integrantes do NUSSERGE/UFSC. O horário da oficina foi das 10h ao meio-dia, e teve como recursos bonecas e bonecos de pano para a representação.

De acordo com roteiro elaborado pela equipe do NUSSERGE, os objetivos da oficina foram:

Conscientizar as mulheres em situação de rua sobre os tipos de violência definidos na Lei Maria da Penha e seus possíveis desdobramentos; esclarecer sobre as possíveis estratégias de defesa quando sofrem violência nas ruas, muitas vezes pelos próprios companheiros; incentivá-las a lutarem pelos seus direitos informando os locais de acesso a políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, no Município de Florianópolis/SC (ROTEIRO ELABORADO PELA EQUIPE DO NUSSERGE, 2016).

A partir de observações, percebe-se que a questão da violência é vivenciada pelas mulheres em situação de rua diariamente e nos encontros do grupo sempre aparece à temática em questão.

A **violência**, conforme Suárez e Bandeira (2002, p. 307) é considerada como “uma ação que envolve o uso da força real ou simbólica por alguém com finalidade de submeter o corpo e a liberdade de um outro, a violência aparece como tentativa de estender a própria vontade sobre a alteridade”.

Diante disso, cabe destacar que as mulheres em situação de rua estão mais vulneráveis e expostas a sofrerem violência, seja pelos companheiros ou por outras pessoas. A mulher, ao viver nas ruas, encontra riscos diários, que podem se transformar em medo.

Segundo Costa, viver nas ruas:

[...] quase sempre significa estar em risco. Risco que se transforma em medo cotidiano de ter os pertences roubados, de ser agredido por alguém entre os iguais da rua em alguma briga por espaço ou em desavença, de ser vítima de violência sexual, de ser alvo de agressões inesperadas vindas de setores preconceituosos da sociedade para com esse público, ou mesmo dos órgãos oficiais responsáveis pela segurança (COSTA, 2005, p.10-11).

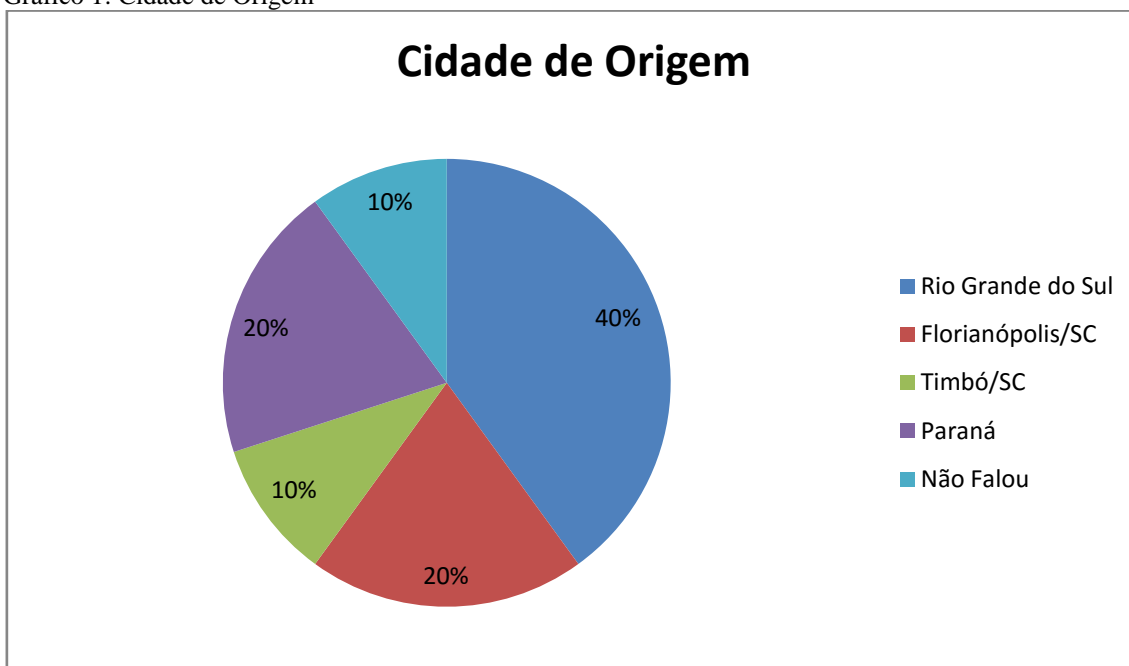
Diante do exposto, destacamos a importância da temática a ser trabalhada com as mulheres, principalmente por entendermos e percebermos que há inúmeras violências sofridas nesse contexto.

No horário previsto, as mulheres foram entrando na sala de convivência e, quando visualizaram as profissionais, foram receptivas com a presença delas. As participantes encantaram-se com as bonecas/os, mostrando-se ansiosas para a oficina.

No primeiro momento da oficina, formamos um círculo, para uma maior visibilidade de todas as participantes. Logo depois, foi utilizada uma “bolinha de papel”, e, a partir do objeto, ocorreu a apresentação das participantes do grupo e da equipe do NUSSERGE/UFSC. Inicialmente, houve uma apresentação em que cada uma expôs informações (cidade de origem, quais as três coisas que mais gostam de fazer, etc).

A oficina contou com a presença de 12 mulheres, sendo que 10 delas participaram desde o início da oficina e outras duas chegaram ao final, não participando das atividades. Dentre as 10 mulheres, algumas colocaram a cidade de origem, sendo quatro do Rio Grande do Sul, duas de Florianópolis, uma de Timbó/SC, duas do Paraná e 1 (uma) delas na apresentação não falou.

Gráfico 1: Cidade de Origem



Fonte: Elaborado pela autora.

Estes dados numéricos relacionados à origem dessas participantes teve como finalidade identificar a proporção do grupo, no que se refere à migração dessas mulheres, saindo de seus estados. Constatou-se que 80% desse grupo tem origem de outros estados, pois apenas 20% são de Florianópolis. Com base em observações, algumas mulheres colocam que gostam de Florianópolis e outras expõem que vieram em busca de trabalho, algumas com seus companheiros, outras sem.

No campo de estágio no Centro POP, percebemos que muitas pessoas saem de sua cidade de origem em busca de melhores condições de vida e vêm para a famosa “Ilha da Magia”. Principalmente no verão, há um aumento significativo nos atendimentos do Centro POP, isso explica-se devido à alta temporada, principalmente em praias (trabalhos em restaurantes e hotéis, por exemplo), o que faz com que essas pessoas venham em busca de emprego. Algumas, ao chegar em Florianópolis, trabalham durante um período, porém, quando termina o verão, ficam desempregadas e, por não conseguir manter o aluguel, acabam na condição de rua.

Entretanto, as expressões da questão social⁵ estão ligadas ao processo de produção capitalista, fazendo com que as desigualdades sociais estivessem na vida dos trabalhadores. Com a Revolução Industrial, os trabalhadores passaram a ir à busca de novas oportunidades de emprego. De acordo com Silva (2009, p. 20) “na composição da classe, que passou a ser mais heterogênea; na exigência de um perfil de trabalhador capaz de desenvolver simultaneamente diversas atividades, operar várias máquinas e de utilizar intensamente a sua capacidade intelectual, em favor do capitalismo”.

No Brasil, no período entre 1995 e 2005, a autora Maria Lucia Lopes da Silva (2009) traz à tona:

As mudanças no mundo trabalho contribuíram para a ampliação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva⁶ e aprofundaram as desigualdades sociais e a pobreza, deslocando as relações com o trabalho para o centro das determinações do fenômeno (SILVA, 2009, p. 21).

Destarte, a autora Silva (2009) expõe que a partir de uma visão marxista em relação ao trabalho, para os seres humanos, significa suprir as necessidades e, para o capitalista, é visto como inventor de novas mercadorias e criador do valor das mercadorias.

É importante ressaltar que a mão de obra feminina e de crianças estava presentes no cenário do trabalho em grandes indústrias desde os primeiros anos do sistema

⁵ Conforme Iamamoto e Carvalho (2011, p. 83-84) “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão”.

⁶ Segundo Carcanholo e Amaral (2008, p.168) o exército industrial de reserva é a parte desempregada da classe trabalhadora, “exerce pressões sobre a parte empregada desta mesma classe – o que fica evidente quando se observa a concorrência entre ambas –, deixando àqueles que estão efetivamente empregados a forte possibilidade de se verem instantaneamente desempregados num período subsequente, tendo em vista que há um grupo enorme de pessoas disposto a ingressar no mercado de trabalho a salários inclusive inferiores aos vigentes [...]”.

capitalista. As características do trabalho nas fábricas são insalubres, com longas jornadas de trabalho e com salários baixos, tanto para homens quanto para mulheres. Para Marx (1973) citado por Cunha (2013, p.85) “um dos efeitos gerados pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista teria sido a exploração da força de trabalho de mulheres e crianças da classe operária”.

No que diz respeito à população em situação de rua, Silva (2009) ressalta:

A história do fenômeno população em situação de rua remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais da Europa, no contexto da chamada acumulação primitiva, em que os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras, sem que a indústria nascente, nas cidades, os absorvesse com a mesma celebridade com que se tornaram disponíveis (SILVA, 2009, p. 25).

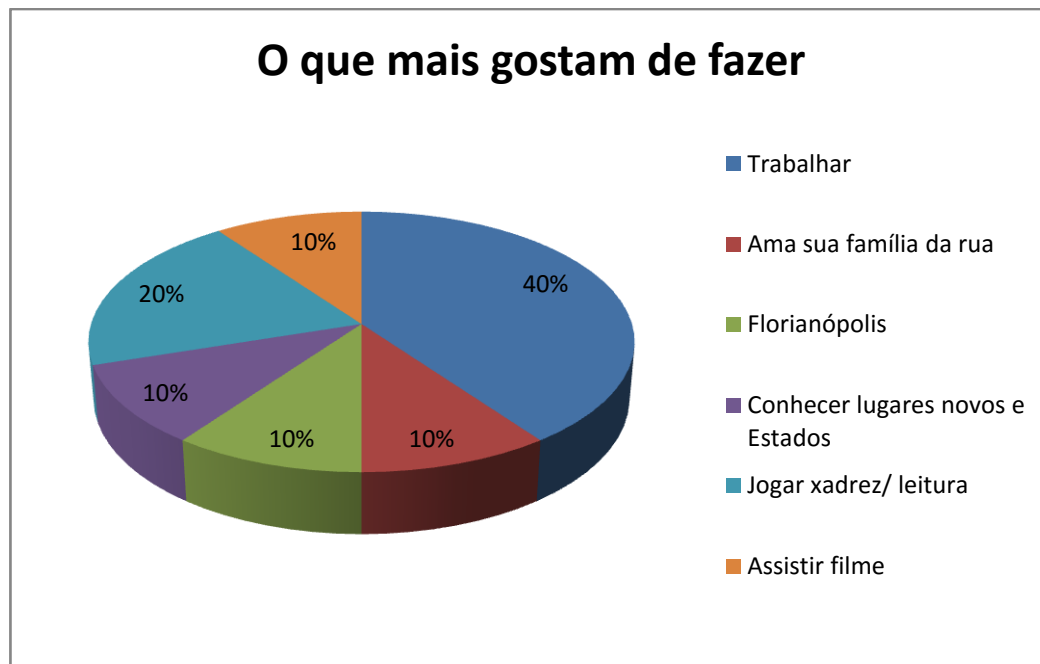
O capitalismo trouxe mudanças recentes no mundo do trabalho, refletindo sobre a vida dos trabalhadores, e fez com que houvesse o agravamento do desemprego em grandes escalas, no qual o resultado foi à precariedade e pobreza. Silva, (2009) ressalta que “o fenômeno população em situação de rua é uma expressão incontestada das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital/trabalho”(SILVA, 2009, p. 27).

Também, para Tiene (2004, p. 19) “a mulher e o homem são levados a morar na rua por uma condição imposta a sociedade de classes, organizada para defender a mercadoria e o mercado, e não a pessoa e a vida”.

Assim, a rua torna-se espaço de moradia e sobrevivência, os trabalhos informais aparecem no cotidiano dessa população, como trabalhos em feiras, panfletagem, catação de latas, cuidando de carros em estacionamentos, construção civil e muitas outras formas de trabalhos informais.

Com base nas falas das mulheres, observamos o que elas mais gostam de fazer, sendo que 40% das participantes trouxeram que gostam de trabalhar e conseguir seu dinheiro para se manter, ressaltam “ganhar sua própria grana”, seja com artesanatos ou trabalhos informais/formais; 20% colocaram que gostam de jogar xadrez e ler; 10% gostam de assistir a filmes; 10% informaram que gostam de conhecer lugares novos e estados; outros 10% “ama sua família da rua” e 10% gostam de Florianópolis.

Gráfico 2: O que mais gostam de fazer



Fonte: Elaborado pela autora.

Diante disso, mais uma vez as observações nos mostram que há um grande índice por procura de trabalho. São mulheres que estão em busca de melhores condições de vida e, por não conseguirem se inserir no mercado de trabalho, continuam na rua.

Observamos, também em uma das falas das participantes, que chamou-nos atenção, que dentre as três coisas de que mais gostava, elencou como a mais importante expondo que “ama a sua família da rua”.

A autora Casagrande (2006) afirma que a mulher, ao morar na rua também tem como sensação a liberdade e a independência, mesmo sem delimitações de espaço, a mulher poderá conceder fatores positivos na mudança do ambiente privado para o público.

Torna-se necessário observar que, na rua, essa população cria laços de amizade, companheirismo, afeto, torna-se por vezes uma relação familiar, pois encontra na rua fatores que não existiam no âmbito privado.

Algumas mulheres estão inseridas em grupos na rua, mas, geralmente, em cada grupo há, no máximo, duas pessoas. Elas geralmente cuidam do abrigo (viadutos, carros abandonados, estacionamentos onde se instalam) como a própria residência e participam da “carrera”⁷ diária.

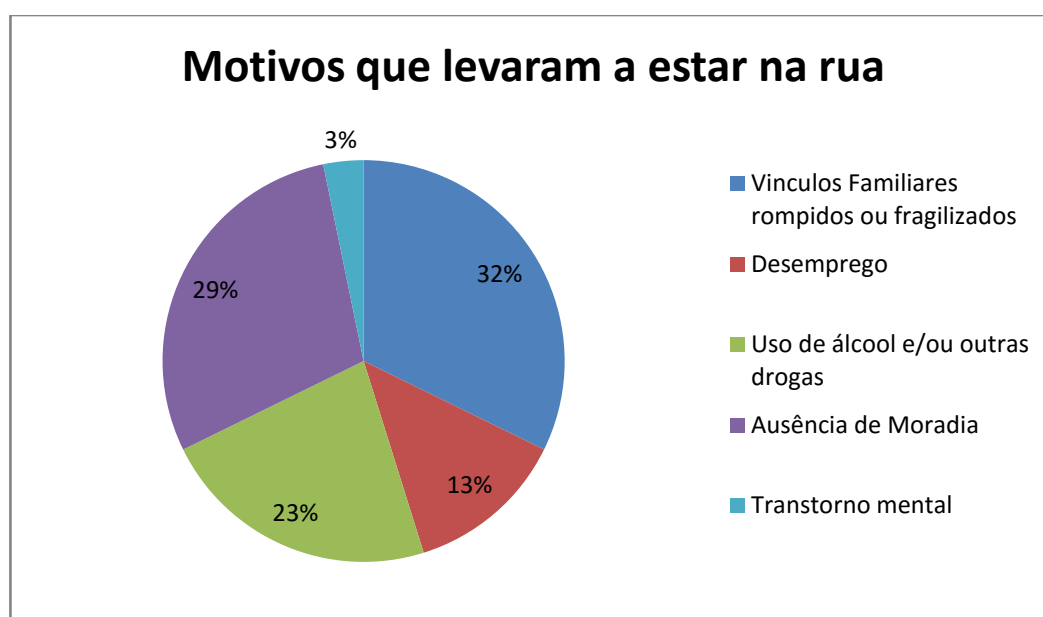
⁷ Com base em observações no campo de estágio, “carrera” é o termo utilizado pela população em situação de rua, quando estão em busca de comida em restaurantes, de trabalho, entre outros.

Morar na rua exige solidariedade, sobrevivência, cooperação e, principalmente, respeito às regras estabelecidas pela população em situação de rua. Entre eles, existem suas próprias regras e normas, havendo a importância de respeitá-las.

Em observações na oficina, percebe-se que algumas mulheres criaram uma relação familiar na rua, porém, outras refletem que desejam sair dessa situação e estão nessa situação devido a conflitos familiares, falta de emprego, ausência de moradia, uso de drogas, transtorno mental, entre outras situações.

Percebemos que os motivos que levaram as mulheres a estar na situação de rua estão ligados a diversos fatores, como observamos no gráfico abaixo:

Gráfico 3: Motivos que levaram a estar na rua



Fonte: Elaborado pela autora.

Observamos que as dez participantes da oficina possuem os vínculos familiares rompidos ou fragilizados, uma possui transtorno mental, quatro estão nessa situação por falta de emprego, sete fazem uso de álcool e/ou outras drogas e nove não têm moradia. De maneira geral, é muito difícil falarmos que é apenas por um motivo, pois essas mulheres possuem diversos fatores que as levaram a estar na rua.

A autora Tiene (2004) ressalta:

Até mesmo a violência, as humilhações e o sofrimento pelos quais passam as moradoras na rua parecem ser superados pela possibilidade de ter uma independência com relação à pressão de familiares, do isolamento e do cotidiano doméstico que oprime e massifica. Isso sugere que a rua é lugar de reconstrução para algumas mulheres (TIENE, 2004, p.126).

Nesse sentido, a rua parece ser um novo espaço para reiniciar a vida das mulheres. Percebemos que elas desejam esquecer algum sofrimento que ficou para trás,

na vida que levavam anteriormente, sejam violências, perda de bens materiais, guarda dos filhos, uso de drogas, questões que realmente mexem com o emocional delas e que elas não desejam relembrar.

Conforme Casagrande (2006), ao pensar na relação do espaço privado como sendo o ambiente doméstico, ou seja, a casa, deve-se levar em conta que muitas vezes é nesse ambiente que ocorrem as violências, crueldades e outras formas de repressão contra a mulher.

Para tanto, a fim de uma maior compreensão de população em situação de rua, é preciso elucidar a diferença entre ficar na rua, estar na rua e ser da rua. Tiene (2004) cita Vieira ao afirmar:

Ficar na rua é uma situação circunstancial que reflete um estado de precariedade por estar desempregado/a durante um longo período; estar chegando à cidade em busca de emprego, tratamento em saúde ou de parentes que não encontram. Nesses casos, diante a vulnerabilidade do não atendimento, e com medo de dormir na rua, as pessoas procuram passar a noite em rodoviárias, em lugares públicos de maior movimento, para não serem identificadas com os/as moradores/as de rua.

Estar na rua é uma situação dos que já não consideram a rua tão ameaçadora e passam a estabelecer relações com pessoas que vivem na rua, assumindo como estratégias de sobrevivência a realização de pequenas tarefas com algum rendimento (guardadores/as de carros, descarregadores de carga, catadores/as de papel e latinhas). Normalmente apresentam-se como trabalhadores/as desempregados/as, alternando a rua com algum lugar de residência que mantém mais como referência. São pessoas que apresentam maior possibilidade de sair da rua e retomar a vida com familiares.

Ser da rua à medida que vai aumentando o tempo na rua, a pessoa vai sofrendo um processo de debilitação física e mental, pelo uso do álcool e de drogas, passa a não se alimentar e esta mais exposta a sofrer e praticar violências. Nesses casos, a rua passa a ser o espaço de moradia e das relações pessoais mais permanentes (VIEIRA apud TIENE, 2004, p. 16).

Nesse sentido, o **ficar na rua** pode estar relacionado às pessoas em busca de trabalho, saíram de sua cidade para conseguir emprego e reiniciar a vida em busca de melhores condições, devido à instabilidade financeira que estavam sofrendo; em busca de tratamento de saúde ou familiares, com quem não conseguem mais contato; em conflitos com familiares onde residiam; que decidiram sair da cidade devido a conflitos com o tráfico.

Logo, por sentir medo de dormir na rua, algumas pessoas dormem na rodoviária, sentadas com as bolsas/pertences ao lado, porém não significa que estão totalmente protegidas. Conforme observações no campo de estágio, a grande maioria

das pessoas tem seus pertences furtados enquanto dormem e ficam apenas com a roupa que está no corpo.

Em relação ao **estar na rua**, é considerado quando a pessoa utiliza estratégias de sobrevivência, ao trabalhar informalmente em descarregar frutas e verduras na feira, ou com diversos bicos⁸, como de pedreiro, pintor, servente, vendas de materiais recicláveis.

E **ser da rua** são consideradas as pessoas que utilizam a rua como moradia e sobrevivência e, devido ao uso de álcool ou outras drogas, muitas vezes alimentam-se pouco, ficam geralmente no mesmo local.

Desse modo, para Rosana Sarmiento (2015, p. 193), “a rua tem no seu universo um conjunto diferenciado de pessoas, que vivendo em seus agrupamentos e comunidades conseguem compartilhar conhecimentos, interesses e saberes fantásticos”.

Estar na condição de rua, é lutar pela sobrevivência diariamente, mesmo com muitas dificuldades. Assim, conforme Sarmiento (2015, p. 193) ressalta, “são vivências que, independente do nível social e/ou grau de conhecimento, não hesitam em mesclar ações de solidariedade, amizade, amor, malandragem, submissão, autoritarismo, violência e até extermínio”.

Observamos que, em alguns grupos, quando um dos membros consegue um trabalho para aquele dia, ao receber, compra a comida para os outros membros que estão no local, e assim continuamente. Porém, não significa que este grupo permaneça constantemente com solidariedade, amizade, há nele também os conflitos gerando ações violentas.

No **segundo momento da oficina**, a equipe do NUSSERGE sugeriu uma dinâmica com bonecas e bonecos, sendo dividida em 3 etapas. Primeiramente, as participantes precisavam colocar nomes nos bonecos e bonecas. Os nomes escolhidos por elas foram Belinha, Carolina, Sofia, Arthur e José.

Na primeira etapa, houve a participação de duas mulheres. Para a representação, elas deveriam mostrar como seria a **relação ideal** entre um casal, referenciando como sonham com o relacionamento, dia-a-dia e, principalmente, à noite. Deveriam, também, expor como se conheceram na rua, sobre uso de drogas, como é dormir e ter um companheiro na rua.

⁸ Conforme o dicionário informal, a palavra bico significa o trabalho temporário, pequeno serviço.

Para o teatro de representação foram escolhidos a boneca (Belinha) e o boneco (José).

Nesse momento, Belinha explica como faz para dormir à noite com José nas ruas de Florianópolis, onde muitas pessoas dormem uma ao lado das outras e a relação sexual ocorre embaixo das cobertas/edredom, sem privacidade alguma.

Belinha e José foram questionados pela equipe sobre os métodos contraceptivos, se usam ou não. Ambos ressaltam que se previnem contra doenças e gravidez, através de camisinha e anticoncepcional.

No que diz respeito às relações íntimas, cabe mencionar a falta de privacidade do casal. Algumas colocam que, quando possuem dinheiro, alugam um quarto com esse objetivo, para que tenham uma maior privacidade na relação.

Em relação ao uso de drogas, surgiu na dinâmica a palavra “maconha” e, nesse momento, observamos que as mulheres não se sentiram à vontade para falar sobre o uso de drogas. O uso do álcool e outras drogas é presente na vida da maioria das mulheres em situação de rua, e a dependência química aparece cercada de diversos significados. Observamos que algumas mulheres refletem que começaram a fazer uso, devido às decepções e dificuldades que sofreram ao longo do tempo, “usam para esquecer os problemas”, mas o efeito da substância é muito rápido e faz com que usem abusivamente.

Em relação ao uso de álcool, podemos dizer que este é, para algumas pessoas, um refúgio dos problemas e, também, para diminuir o frio, principalmente no inverno. Observamos que as pessoas que fazem uso de álcool possuem em comum uma “garrafinha transparente de água” na bolsa/ mochila, cujo conteúdo é, na realidade, bebida alcoólica. São pessoas que dificilmente aceitam ser acolhidas em Albergues, pelo fato de não aceitarem as normas da instituição e por terem uma rede de amigos na rua.

Na segunda etapa da dinâmica, houve também a participação de duas mulheres, a fim de representar uma **relação real** entre um casal, expressando as questões que aparecem no cotidiano, como problemas na relação com os companheiros. Para a representação, as participantes, escolheram a boneca Carolina e o boneco Arthur.

As participantes determinaram que fosse uma representação sobre uma relação na qual Arthur (marido) tem ciúmes de Carolina (esposa).

Na representação, as personagens colocam as seguintes situações:

- Arthur questiona Carolina sobre onde ela estava, pois não estava em casa.

- Carolina relata que estava no shopping, porém, ele não acredita e começa a agredi-la verbalmente. Ela não aceita a agressão e continua a discussão. E, ainda, questiona Arthur, pois no início da relação o marido era romântico, depois não ligava mais para ela e sempre a tratava mal e com desprezo. Logo após a briga, o casal entende-se e transa.

Ao observarmos a representação, percebemos que essas falas demonstram que nas cenas de ciúmes, onde aparece a questão da violência. A palavra **violência** para Velázquez (2006), citado por Lisboa (2014, p. 39) “indica uma maneira de proceder que ofende e prejudica a alguém mediante o uso exclusivo da força. Deriva de vis, força”. Podendo ser manifestada através de chutes, tapas, empurrões, com objetos cortantes, com o uso de palavras que agridam psicologicamente a mulher, ou seja, violência sexual, moral, psicológica, física e patrimonial.

Ainda, Lisboa (2014) ressalta que a **violência não pode ser separada da noção de gênero**, pois se fundamenta e é utilizada na e pela diferença social entre homens e mulheres. No que diz respeito ao gênero aborda as “diferenças socioculturais existentes entre os sexos masculino e feminino, que se traduzem em desigualdades econômicas e políticas, colocando as mulheres em posição inferior à dos homens nas diferentes áreas da vida humana” (TELES; MELO, 2012, p.16). O homem se sente no direito de controlar, dominar e coagir as mulheres e, então, pode chegar a situações de violência.

Para conceituar a **violência de gênero**, Teresa Kleba Lisboa (2014) cita Velázquez, ao expor:

Violência de gênero abarca todos os atos mediante os quais se discrimina, ignora, submete ou subordina as mulheres nos diferentes aspectos de sua existência. É todo ataque material ou simbólico que afeta sua liberdade, segurança, intimidade e integridade moral e/ou física (LISBOA, 2014, p. 36).

Cabe destacar que é no cotidiano que ocorrem as situações de violência, podendo discriminar, coagir e submeter à mulher ao domínio do homem, sendo que este impõe a autoridade e modelos de poder.

Para as autoras Maria Amélia Teles e Mônica de Melo, a violência de gênero deve ser entendida como:

Uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher. Demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas. Ou seja, não é a natureza a responsável pelos padrões e limites sociais que determinam comportamentos agressivos aos homens e dóceis e submissos às

mulheres. Os costumes, a educação e os meios de comunicação tratam de criar e preservar estereótipos que reforçam a idéia de que o sexo masculino tem o poder de controlar os desejos, as opiniões e a liberdade de ir e vir das mulheres [...]. A violência de gênero pode ser entendida como ‘violência contra a mulher’ [...] (TELES, Maria Amélia Almeida; MELO, Mônica de, 2012, p. 16-17).

Portanto, a **violência de gênero ou violência contra a mulher**, refere-se à dominação do homem e a submissão da mulher, tais papéis foram construídos e impostos aos homens e mulheres ao longo da história. Devido aos costumes e ao patriarcado, os desejos, a opinião e a liberdade das mulheres foram controlados ao longo de sua existência.

Teles e Melo (2012, p. 17) pontuam a “violência contra a mulher foi assim concebida por ser praticada contra a pessoa do sexo feminino, apenas e simplesmente pela condição de mulher”. Desta forma, as autoras ressaltam que essa expressão se dá pela intimidação da mulher pelo homem, “que desempenha o papel de seu agressor, seu dominador e seu disciplinador” (TELES; MELO, 2012, p. 17).

Ao longo do processo histórico, o preconceito e exclusão vêm reforçando a imagem da submissão feminina. Durante muito tempo, a mulher foi obrigada a cuidar da casa, e “restringir sua vida às necessidades exclusivas da família” (TELES; MELO 2012, p. 28).

Teles e Melo (2012, p. 28) citam Rousseau ao “considerar a família a mais antiga forma de organização social, na qual a ordem é dada pela própria natureza: ‘idosos naturalmente têm precedência sobre os jovens e homens têm naturalmente autoridade sobre as mulheres’”. A mulher, em sua história, sempre teve de cuidar dos membros da família, cabendo aos idosos estarem em primeira instância, homens depois e mulheres por último, servindo a todos de maneira subordinada.

Podemos ressaltar que já na Grécia Antiga existiam diferenças entre homens e mulheres. Pinafi (2007) coloca que as mulheres não possuíam direitos jurídicos, eram proibidas de se apresentarem no espaço público sozinhas, estavam limitadas a suas casas e tinham de viver a maior parte do tempo em seus aposentos particulares, nos chamados Gineceu⁹. Para os homens estes direitos eram admitidos e muitos outros, segundo Vrissimtzis citado por Pinafi:

⁹ Segundo o Centro de pesquisas da antiguidade (2010), o gineceu é considerado o espaço feminino, restrito as mulheres e aos membros da família, os homens autorizados a entrarem neste espaço eram: o pai, o marido, o irmão, o tio, sendo estes ligados a mulher por laços de parentesco. Disponível em: <https://cpantiguidade.wordpress.com/2010/08/17/a-casa-grega-do-v-a-c/>.

[...] o homem era polígamo e o soberano inquestionável na sociedade patriarcal, a qual pode ser descrita como o ‘clube masculino mais exclusivista de todos os tempos’. Não apenas gozava de todos os direitos civis e políticos, como também tinha poder absoluto sobre a mulher. (VRISSIMTZIS, apud PINAFI, 2007).

Em Roma, Pinafi (2007) elucida que as exclusões social, jurídica e política fizeram com que a mulher ficasse no mesmo nível que as crianças e os escravos, sendo sua identificação enquanto sujeito político, público e sexual negada. Ainda, a autora Pinafi (2007) cita Funari quando afirma que “elas nunca foram consideradas cidadãs e, portanto, não podiam exercer cargos públicos” (FUNARI, 2002, p. 94).

Em 1789, com a Revolução Francesa, Pinafi (2007) afirma que “as mulheres participaram ativamente do processo revolucionário ao lado dos homens por acreditarem que os ideais de igualdade, fraternidade e liberdade seriam estendidos a sua categoria”. Logo, Pinafi (2007) ressalta que quando as mulheres viram que as conquistas políticas não abrangeriam ao seu sexo, organizaram-se para lutar pelos seus ideais não contemplados. A autora ainda ressalta que uma das mulheres foi Olympe de Gouges¹⁰, que lutou bravamente pelos direitos das mulheres, em 1791, segundo Alves e Pitanguy (1985) lutava para que “todas as mulheres tiverem consciência do seu destino deplorável e dos direitos que elas perderam na sociedade” (ALVES, & PITANGUY, 1985, p. 33-34)

As autoras Teles e Melo (2012, p. 33) expõe que Olympe de Gouges manifestou em defesa de uma declaração dos direitos de cidadã, afirmando,

A lei deve ser a expressão da vontade geral: todas as cidadãs e cidadãos devem participar pessoalmente, ou por meio de seus representantes, de sua criação; ela deve ser a mesma para todos; todas as cidadãs e todos os cidadãos, sendo iguais a seus olhos devem ter igual acesso a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo suas capacidades, e sem outra distinção além de suas virtudes e talentos (DECLARAÇÃO DE DIREITOS DA MULHER E DA CIDADÃ, 1791).

Em 1793, Olympe de Gouges foi condenada a morte, sendo guilhotinada por lutar pelas suas ideais, conforme Teles e Melo (2012, p. 33), “por esquecer as virtudes de seu sexo e se imiscuir nos assuntos da república”.

Pinafi (2007) ressalta que a mulher sai do espaço privado e vai para a esfera pública, porém, nesse processo, as mulheres percebem que na visão dos homens elas são inferiores a eles, desta forma, se articulam para provar que podem fazer as mesmas

¹⁰ De acordo com o Núcleo de Estudos Contemporâneo (2016) Olympe de Gouges, “nascida em 1748, Marie Gouze vivia envolta na atmosfera feudal, nos costumes patriarcais e no velho paradigma que caracterizavam as relações sociais”
Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/olymp-de-gouges-mulheres-e-revolucao>.

coisas que eles. Ainda, a autora Pinafi (2007) cita Gregori afirmando que assim, inicia-se a trajetória do movimento feminista, podendo ser definido:

Grosso modo, pode-se dizer que ele corresponde à preocupação de eliminar as discriminações sociais, econômicas, políticas e culturais de que a mulher é vítima. Não seria equivocado afirmar que feminismo é um conjunto de noções que define a relação entre os sexos como uma relação de assimetria, construída social e culturalmente, e na qual o feminismo é o lugar e o atributo da inferioridade. (GREGORI, 1993, p. 15).

Pinafi (2007) coloca que “ao questionar a construção social da diferença entre os sexos e os campos de articulação de poder, as feministas criaram o conceito de gênero, abrindo assim, portas para se analisar o binômio dominação-exploração construído ao longo dos tempos”.

O termo violência contra a mulher, de acordo com Lisboa e Pinheiro (2005, p. 201) “[...] surge nos anos 1970, através do movimento feminista, ao denunciar para a sociedade que as mulheres eram o alvo principal da violência praticada pelos homens”. As autoras continuam a reflexão expondo que a violência contra a mulher está sujeita a ocorrer dentro ou fora de casa, podendo ser praticada por pessoas não relacionadas à família, mas que tenham poder sobre a mulher.

Os movimentos feministas foram de extrema importância no cenário brasileiro. Eles tiveram, e ainda continuam a ter, grande papel nas conquistas e vêm, conforme Manfrini (2007) “evidenciando as desigualdades e lutando pelo reconhecimento dos direitos, participação nos espaços públicos e inclusão de gênero nas políticas públicas”.

Como pontuam as autoras Lisboa e Pinheiro (2005, p. 200), “no que tange às lutas e conquistas de políticas sociais para as mulheres que sofrem violência”.

Lisboa (2014, p. 35) ressalta, também, que “os movimentos feministas alcançaram conquistas em relação aos direitos das mulheres e passaram a visibilizar a questão da violência, tirando-a do espaço privado para transformá-la no espaço público”.

No que diz respeito ao início da atuação dos movimentos feministas, Lisboa (2005) cita que esteve fortemente ligada à perspectiva de denunciar a violência contra a mulher, porém, em segundo momento, os movimentos buscaram garantir atendimento e apoio, com os serviços específicos para as mulheres que sofriam violência, como o SOS Mulher e Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher.

Em 1980, houve a criação do SOS Mulher, que prestava atendimento às mulheres que sofriam violência. O serviço começou pelas cidades de São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Posteriormente, em 1983, conforme a Cartilha Lei Maria da Penha: do papel para a vida (2009, p. 13), ocorreu a “criação dos primeiros Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Mulher, que são espaços no Poder Executivo onde as organizações de mulheres participam para elaborar, deliberar e fiscalizar a implementação de políticas públicas”.

Em 1984, ainda segundo a Cartilha Lei Maria da Penha: do papel para a vida (2009), foi assinada, pelo Brasil, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher (CEDAW), que foi aprovada pelas Nações Unidas (ONU) em 1979. Cabe destacar que a Convenção foi considerada o primeiro instrumento internacional relacionado aos direitos humanos direcionado à proteção das mulheres.

Já em 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Lisboa (2005, p. 3) ressalta que esse é “como um órgão consultivo, com o objetivo de promover políticas sociais para as mulheres no sentido de eliminar qualquer tipo de discriminação e garantir condições de igualdade para o exercício da cidadania”. O CNDM solicitou a mudança na legislação no que tange à discriminação da mulher, apresentando propostas para a Constituinte de 1998.

Ainda em 1985, houve mais conquistas, como a criação das Delegacias Especializadas no Atendimento às Vítimas de Violência. Com relação à criação das delegacias especializadas, Lisboa (2005, p. 3) explica que “significou avanços, porém a falta de apoio e estrutura nos serviços e a falta de comprometimento dos profissionais com o trabalho vêm contribuir para a precariedade na qualidade dos serviços prestados”. Desta forma, ressalta-se a importância de as delegacias possuírem profissionais qualificados para o atendimento às mulheres que sofrem violência, sem discriminá-las. A discriminação também é o aspecto fundamental da violência, sendo considerada por Teles e Melo (2012, p. 28) como “o processo que sustenta e justifica os atos violentos”.

Segundo a Cartilha Lei Maria da Penha: do papel para a vida (2009), a atuação dos movimentos de mulheres e feministas e do CNDM nos debates da Assembleia Constituinte, entre 1987 e 1988, foi de extrema importância para garantir a igualdade entre os sexos.

Conforme consta na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Art. 5º, no Inciso I, o qual afirma que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”; e também no Art. 226º, no Inciso 8º, o qual ressalta que “o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”.

Ao considerarmos esses artigos, fica claro que a mulher possui o direito a ter uma vida livre de violência. Teles e Melo (2012, p. 79) citam que “nossa constituição demonstra expressamente sua preocupação com a violência doméstica e com a necessidade da participação do Estado para coibi-la”.

A Conferência Mundial dos Direitos Humanos aconteceu em 1993, em Viena, e nessa data a violação dos direitos das mulheres “[...] foi reconhecida como violação dos direitos humanos, pois cabe ao estado garantir segurança e proteção à vida das mulheres” (Teles e Melo, 2012, p. 33). Logo após, a Constituição Federal de 1988, também incorpora a mobilização das mulheres. Teles e Melo (2012, p. 60) explanam que a dignidade é “[...] do ser humano (não só do homem ou da mulher). E um dos objetivos fundamentais de nosso país é a promoção do bem de todos, sem preconceitos quanto à origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação”.

Em 1994, de acordo com a Cartilha Lei Maria da Penha: do papel para a vida (2009) ocorreu à assinatura do Brasil da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção Belém do Pará), que foi legitimada em 1995. Ainda de acordo com a cartilha Lei Maria da Penha: do papel para a vida (2009, p. 14), a convenção define a violência contra a mulher como “qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual, ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”.

De 4 a 15 de setembro de 1995, houve o reconhecimento dos direitos das mulheres como direitos humanos na IV Conferência Mundial sobre Mulher em Beijing, “reconheceu definitivamente os direitos da mulher como direitos humanos em sua Declaração e Plataforma de Ação” (Teles e Melo, 2012, p. 64).

Em 2003, segundo Lisboa (2005), foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com Lisboa (2005, p. 19), “esta assumiu status de Ministério e tem como função elaborar, articular e executar políticas direcionadas a equidade de gênero”.

Já em 2006, houve a aprovação da Lei Maria da Penha, significando um grande avanço para todas as mulheres que sofreram violência ou que possam sofrer algum dia. Lisboa (2014, p. 45) ressalta “o principal objetivo de representar um instrumento jurídico eficaz que contenha as disposições legais e mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres”.

De acordo com Lisboa, a Lei nº 11.340 traz como principais inovações:

Tipifica e define a violência doméstica e familiar contra a mulher como um crime; b) estabelece as formas de violência doméstica contra a mulher como sendo física, psicológica, sexual, patrimonial e moral; c) determina que a violência doméstica contra a mulher independe de orientação sexual; [...]e) prevê um capítulo específico para o atendimento, pela autoridade policial, para os casos de violência doméstica contra a mulher; [...] (LISBOA, 2014, p. 45-46).

A Lei Maria da Penha define a violência contra a mulher como um crime, estabelecendo as formas como ela pode se dar – física, sexual, patrimonial, moral e psicológica – e, ainda no que se refere ao atendimento específico para os casos, adequado para as mulheres que sofreram violência.

Em 2007, após um ano de sanção da Lei Maria da Penha, conforme Lisboa (2014) ressalta que devido à lentidão dos encaminhamentos “a Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres baixou um decreto que obriga todos os Estados da Federação do Brasil a assinar o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher” (LISBOA, 2014, p. 46).

Ainda, segundo Lisboa (2014, p. 46) o pacto:

[...] parte do entendimento de que a violência constitui-se em um fenômeno de caráter multidimensional, que requer a implementação de políticas públicas amplas e articuladas nas mais diferentes esferas da vida social, como na educação, no mundo do trabalho, na saúde, na segurança pública, na assistência social, entre outras.

Vale lembrar, conforme Lisboa (2014) afirma, que a maioria das mulheres que sofreram violência ao procurar os serviços que prestam atendimento chegam com muita vergonha e possuem dificuldade para relatar a situação ocorrida. Por isso, é de grande importância que haja profissionais preparados para atendê-las.

No que se refere às mulheres em situação de rua, sabemos que elas estão mais vulneráveis a sofrerem violência por companheiros ou por outras pessoas que apresentem poder sobre essas mulheres. Ainda segundo Lisboa e Pinheiro (2005, p. 201) “a justificativa para os atos de violência estaria somente no fato de ser mulher, portanto um ser submisso, que deve obediência ao homem”.

Para exemplificar isso, é interessante que nos lembremos da dinâmica realizada no Centro POP, com os bonecos. Quando as mulheres fazem a representação de um casal real, há um aumento da tensão, ocorre o ataque violento, o casal entende-se e logo após transam, o que é conhecido como o período da lua-de-mel. Podemos verificar isso no ciclo da violência, representado na figura abaixo.

Tabela1: Ciclo da Violência



Fonte: Apoio à Vítima (APAV) - Violência Doméstica, 2012.

De acordo com a APAV (2012), a violência doméstica ocorre “como um sistema circular”, chegando a três fases:

- 1. Aumento de tensão:** as tensões acumuladas no cotidiano, às injúrias e as ameaças tecidas pelo agressor, criam, na vítima, uma sensação de perigo eminente.
- 2. Ataque violento:** o agressor maltrata física e psicologicamente a vítima; estes maus-tratos tendem a escalar na sua frequência e intensidade.
- 3. Lua-de-mel:** o agressor envolve agora a vítima de carinho e atenções, desculpando-se pelas agressões e prometendo mudar (nunca mais voltará a exercer violência) (APOIO À VÍTIMA (APAV), VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, 2012).

No período considerado lua-de-mel, o agressor convence a mulher de que não cometerá mais atos violentos. Agrada a mulher, fazendo com que ela realmente acredite nele. No sistema circular, segundo a APAV (2012) acontece “a repetição sucessiva ao longo de meses ou anos, podendo ser cada vez menores as fases da tensão e de apaziguamento e cada vez mais intensa a fase do ataque violento”. Nesses casos, a situação poderá chegar ao limite extremo, em que há casos de homicídio.

Continuando a dinâmica, no terceiro momento, a Professora Dra. Teresa (segurando o boneco, chamado de José) e Carla, integrante do NUSSERGE (segurando a boneca, chamada Sofia), simularam um conflito entre o casal até chegar a situações de violência, de forma compartilhada e participativa.

O grupo teria, então, de apresentar propostas para solucionar o caso. As participantes deveriam auxiliar a mulher e descobrir que tipo de violência consta na representação.

Vejam, então, as situações demonstradas na representação:

Primeiramente, José pergunta a Sofia onde ela estava, pois estava procurando-a e não a encontrava. Ela responde que estava em casa cozinhando para ele, mas José continua agressivo e questionando a mulher sobre seu paradeiro. José, então, diz que Sofia precisa ficar ao lado dele, que ela pertence a ele, que é sua propriedade.

Sofia defende-se, dizendo que cuida da casa, que ela tem amigos e familiares. Sofia, então, pergunta para José por que ele anda na rua e ela não pode. E, ainda, questiona sobre o fato de ele brigar com ela na frente dos filhos. José, agressivamente, responde que ela é dele e de mais ninguém. Ele ameaça Sofia.

Entre ameaças, Sofia pergunta para as participantes se elas sabem que tipo de violência é essa. Rapidamente, duas participantes respondem: violência moral e violência psicológica.

Nesse momento, as mulheres foram informadas sobre a violência moral, que é quando o agressor ofende a dignidade, honra da mulher. Também, às mulheres é explicada a violência psicológica, que é o ato que agride a autoestima e o direito de ser respeitada, conforme consta na 3ª edição da Cartilha Dê um Basta na Violência.

A boneca Sofia, então, diz a José que ele a está ofendendo e ainda está violentando moralmente e psicologicamente, pois ele a está diminuindo como mulher, e que ela não se sente bem com este conflito e José deve tratá-la de igual para igual.

Enquanto isso, José continua as agressões e ameaça dar um soco e um tapa na mulher. Sofia, por sua vez, diz a ele, que fará um Boletim de Ocorrência. Nesse momento, as participantes do grupo se agitaram e disseram “isso, não deixa assim”. José, então, bate na esposa, enquanto que Sofia pergunta às mulheres que tipo de violência é essa. Rapidamente, as participantes respondem: violência física, que de acordo com a Lei Maria da Penha, Nº 11.340/2006, é o ato que ofende “a integridade física ou saúde corporal” da mulher.

Ainda na representação, Sofia fala para José que ele não está lhe tratando como um ser humano igual a ele, que está usando o poder sobre ela. José ameaça Sofia dizendo que irá tirar todos seus documentos, a casa, os filhos, para que ela fique sem nada. Sofia esbraveja sobre José. Como se não bastasse à violência física, moral, patrimonial, ainda estava sofrendo violência psicológica?

Nesse momento, Carla, integrante do NUSSERGE, explicou que a violência nunca ocorre sozinha, sempre está ligada a outros tipos de violência. A boneca Sofia,

então, perguntou às mulheres se elas sabem que tipo de violência é essa, por meio da qual José deseja retirar todos os pertences da esposa.

As mulheres ficaram caladas, mas Sofia respondeu, colocando que é a violência patrimonial, que está na Lei Maria da Penha também. Uma das participantes coloca que é quando o homem tira algum bem da mulher, ocorrendo à extorsão.

Na representação, logo depois, chega Arthur, um amigo de José, que pergunta se ele quer descolar sua mulher para uma transa, que pagaria 50 reais. Sofia fala que não quer, pois não é um produto, é uma mulher, é um ser humano que tem sentimentos. Enquanto isso, José mexido com o valor, pois poderia comprar drogas com esse dinheiro e, então, aceita que Sofia seja violentada.

Sofia, por sua vez, tenta se livrar das garras de Arthur, mas não consegue. Ela afirma novamente que não é uma mercadoria, briga com o marido, que, nesse momento, também violenta Sofia sexualmente, mostrando a ela que faz o quer. A violência sofrida por Sofia, dessa vez, foi à sexual que, segundo a Cartilha Dê um Basta na Violência (3ª edição, p. 19), “é qualquer ação que obrigue a mulher a ter relações sexuais ou presenciar relações sexuais contra sua vontade”.

Na representação, após sofrer a violência, Sofia fala que cansou e que irá procurar seus direitos. Então, Professora Dra. Teresa e Carla, integrante do NUSSERGE, interagem com as participantes, pedindo para que elas a ajudem, sugerindo lugares para onde Sofia deve ir primeiramente?

Sofia reconhece que precisa terminar o ciclo de violência que sofre constantemente, pois percebe que não está bem. Ela pede ajuda para as participantes e coloca que tem medo de denunciar a violência que vem sofrendo. Nesse momento, as mulheres se referem à Lei Maria da Penha, colocam que ela precisa denunciar, para que José não faça com outras mulheres o que fez com ela. Outras participantes ressaltam, novamente, que Sofia precisa romper a situação.

As participantes orientaram Sofia a procurar a Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher e registrar o B.O. Sofia diz não querer ir sozinha, e precisar de uma amiga junto e, ainda, mostra a preocupação com as doenças sexualmente transmissíveis e possível gravidez.

Ao chegar à delegacia, Sofia expôs o que aconteceu com ela e, nesse momento, houve dúvidas nas participantes, pois não sabiam como proceder primeiramente (entre hospital ou B.O). Assim, a Professora Dra. Teresa explicou sobre o Protocolo de Atenção às Vítimas de Violência Sexual, e disse que Florianópolis uma das poucas

idades que possuem tal protocolo. Um dos hospitais de referência para esse tipo de caso é o Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago (HU) e a Maternidade Carmela Dutra, em que o Instituto Médico Legal (IML) se dirige ao hospital para colher os materiais e constatar a agressão. Ainda, Professora Dra. Teresa expõe que o Protocolo mostra os passos que devem ser seguidos por uma pessoa que sofreu violência sexual. É importante lembrar que o B.O é um direito das mulheres e poderá ser feito quantas vezes for necessário.

Sofia dirigiu-se, nesse momento, com uma amiga, para a Maternidade Carmela Dutra e, ao chegar, foi atendida pela médica, expondo o que aconteceu com ela. Conforme mencionado, a mulher que sofreu violência sexual poderá procurar um Serviço da Saúde (HU ou Maternidade Carmela Dutra em Florianópolis). As mulheres foram orientadas que serão atendidas no Hospital pela Equipe Multiprofissional, que fará o acolhimento e iniciaram o protocolo.

De acordo com o Livro Protocolo de Atenção às Vítimas de Violência Sexual do Município de Florianópolis (2010) compete ao Serviço de Saúde:

Acolhimento adequado da vítima por todos (as) os (as) profissionais envolvidos (as), evitando atitudes que possam levar à revitimização.
Não higienizar, nem remover roupas ou secreções antes da coleta de material para identificação do agressor, a não ser que haja ameaça à vida.
Abrir prontuário de atendimento ou fazer registro em livro próprio para este fim, onde cada paciente deverá receber um número de registro (PROTOCOLO DE ATENÇÃO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, 2010, p. 23-24).

Sofia, então, a guardaria em uma sala onde estava protegida e logo depois, seria encaminhada para a emergência obstétrica e, como sofreu uma violência severa e estava muito ferida, a equipe do hospital faria contato com a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher e seria encaminhado um profissional para realizar o B.O e também outro profissional do IML, que faria o exame de corpo e delito. Depois disso, a mulher teria acesso um coquetel de medicamentos, para evitar doenças, e à pílula do dia seguinte, pra evitar a gravidez.

Na instituição, a mulher é orientada sobre a importância do B.O e caso a paciente deseje fazê-lo, os profissionais de Saúde entram em contato com a 6ª Delegacia de Polícia (DP) e acionam o IML para a realização de exames na vítima. Conforme o Livro Protocolo de Atenção às Vítimas de Violência Sexual do Município de Florianópolis (2010, p. 24) “se a paciente não desejar realizar o registro, sua vontade deverá ser respeitada, sem prejuízo ao atendimento integral de saúde ou aos encaminhamentos que se fizerem necessários”.

A equipe do NUSSERGE, então, reiterou a importância de buscar orientações sobre a violência, assim que ela acontecer e explicou que, às vezes, por medo ou vergonha, algumas mulheres não denunciam ou procuram somente depois de quatro meses, quando já estão grávidas da violência sexual que sofreram. Informaram, também que a mulher tem o direito de interromper a gestação, em três casos: violência sexual até a vigésima semana, quando o bebê é anencéfalo ou quando a mulher está em risco de vida.

Os profissionais (assistente social e psicóloga) realizaram o atendimento com Sofia, para conhecê-la, saber a sua história de vida, entender o que aconteceu e realizar os encaminhamentos necessários, se quer entrar em contato com algum familiar que a pudesse auxiliar ela ou não, partindo sempre do desejo da usuária. A equipe informou a importância de dar continuidade nesse atendimento, seja no CRAS, CREAS ou Centro de Referência Atendimento às Mulheres em situação de Violência (CREMV).

Sofia foi orientada sobre o CREMV, que é um serviço que possui atendimento com uma Equipe Multiprofissional, o qual as mulheres podem procurar a qualquer momento, com o objetivo de superar a violência que sofreram/sofrem.

Com base na página institucional da Prefeitura Municipal de Florianópolis (2016), o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência-CREMV:

É um equipamento essencial do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, oferecendo espaço de acolhimento e atendimento social, psicológico e orientação jurídica individual ou em grupo, visando promover a ruptura da situação de violência (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2016).

Ainda, conforme a Prefeitura Municipal de Florianópolis (2016), “a violência contra as mulheres se funda nas desigualdades sociais, em especial a de gênero que estruturam a sociedade”. O CREMV realiza o atendimento a partir de procura/demanda espontânea ou encaminhamentos da rede socioassistencial do município.

Uma das mulheres questionou Sofia, perguntando como a mulher voltará para as ruas, se ela tem medo dele?A equipe do NUSSERGE , então, informou sobre algumas opções: a equipe multiprofissional pode entrar em contato com a família, caso seja desejo da mulher, ressaltaram sobre as Medidas Protetivas, as quais obrigam a pessoa a ficar 500m afastada da vítima, e sobre Casa de Passagem para Mulheres em Situação de Rua e/ou Violência.

Segundo a Cartilha Lei Maria da Penha: do papel para a vida, as medidas protetivas de urgência são:

Ações necessárias contra as conseqüências da violência e para evitar prejuízos iminentes. Para tanto, oferecem condições à vítima de prosseguir com a demanda judicial, de permanecer em seu lar, de exercer o direito de ir e vir, de continuar trabalhando. Estas medidas podem ser requeridas pela própria mulher ofendida, diretamente na Delegacia, ou pelo Ministério Público. O juiz, ao receber o pedido de medidas protetivas de urgência encaminhado pela delegada, vai examiná-lo e resolver sobre o caso no prazo de 48 horas, determinando, se necessário, o encaminhamento da ofendida à assistência judiciária e comunicando o fato ao Ministério Público. Pode também conceder as medidas imediatamente, sem precisar ouvir as partes em audiência pública ou esperar a manifestação do Ministério Público. Mas o Ministério Público deverá ser prontamente comunicado (CARTILHA LEI MARIA DA PENHA: DO PAPEL PARA A VIDA, 2010, p. 38).

Contudo, no caso das mulheres em situação de rua, é algo mais difícil, pois muitas vezes o companheiro está também na condição de rua. A equipe do NUSSERGE informou às mulheres que, em Florianópolis, há uma Casa de Passagem para Mulheres em Situação de Rua e/ou Violência, cujo encaminhamento pode ser realizado pelo CREMV, Centro POP ou Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher.

Na Casa de Passagem para Mulheres em Situação de Rua e/ou Violência, conforme explicado anteriormente, o período de permanência na casa é de três meses. Consideramos esse período de tempo curto para as mulheres que desejam retornar à convivência familiar e comunitária. As mulheres que são encaminhadas à casa devem manter o sigilo a respeito do local, pois há casos de mulheres que sofreram agressão de seus ex-companheiros e estes não devem saber onde fica lugar, para a segurança de todas. Ainda, Professora Dra. Teresa explicou que esta lutando há 30 anos para que Florianópolis tenha uma casa abrigo para as mulheres em situação de violência.

- Uma das mulheres perguntou, e quando essas medidas protetivas não funcionam?

Professora Dra. Teresa expõe “que é uma luta nossa tanto quanto dos movimentos de mulheres, estão sempre lutando por isso”. Refletiu sobre a medida protetiva para quem mora na rua, pois não há quem controle essa questão de fato. Por isso, é importante que a mulher esteja protegida e que, nesse tempo, se fortaleça. Cada uma de nós, que sofre violência, precisa saber como se defender, pensar será que, eu quero continuar convivendo com esse homem? São perguntas que devem ser feitas.

É importante citar o Artigo 11 da Lei Maria da Penha, conforme a Cartilha Lei Maria da Penha: do Papel para a Vida (2009), que propõe atendimento acolhedor e humanizado e expõe as primeiras providências que se deve tomar:

Garantir proteção à vítima e seus familiares; comunicar imediatamente o que aconteceu ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, agilizando a adoção das medidas protetivas de urgência e evitando danos ainda maiores; encaminhar a mulher ao hospital, posto de saúde ou Instituto Médico Legal, se for o caso; quando houver risco de vida, levá-la, junto com seus dependentes, para um abrigo ou local seguro, antes mesmo da ordem do Juiz comunicado (CARTILHA LEI MARIA DA PENHA: DO PAPEL PARA A VIDA, 2009, p. 32).

As mulheres em situação de rua possuem os vínculos familiares fragilizados ou rompidos, não sendo possível muitas vezes o retorno para a família, mas, caso a mulher apresente desejo de retornar para o convívio familiar, os profissionais entram em contato. Como outra possibilidade, os profissionais deverão entrar em contato com a Casa de Passagem para Mulher em Situação de Rua e/ou Violência e encaminhar as vítimas, caso haja vagas. Vale lembrar que, em Florianópolis, existe apenas uma casa de passagem para mulheres e esta acolhe mulheres que sofreram violência e que estão em situação de rua que também consideramos uma violência. Logo, o número de vagas disponível para a Florianópolis, não da conta da demanda.

Em seguida, abrimos o grupo para debate, de acordo com o Roteiro elaborado pela equipe do NUSSERGE (2016):

Pontuando os aspectos que mais chamaram a atenção do grupo; como as personagens foram retratado/as; percepções a respeito do casal ideal e do casal na vida real; se já perceberam duas mulheres ou dois homens se gostando, namorando, transando e fazer uma síntese com elas, perguntando se ficou bem claro para onde e quem elas vão procurar quando sofrerem violência.

(ROTEIRO ELABORADO PELA EQUIPE DO NUSSERGE, 2016).

Percebemos que todas as participantes já vivenciaram uma cena de violência ou estavam inseridas nelas no momento. Observamos na fala delas que algumas conhecem homens, na rua, que batem nas companheiras. E, com a oficina, agora, elas sabem para onde devem orientá-las.

A equipe do NUSSERGE também perguntou se as mulheres conhecem alguém que sofre violência. Nesse momento, uma das participantes trouxe a história de sua irmã e contou como fez para acompanhá-la na delegacia, mas, no final, o marido acabou degolando-a. O casal tinha uma filha e, não contente, o marido queimou a esposa e, logo após, jogou gasolina em si mesmo, e colocou fogo em seu corpo. Depois, tentou puxar a filha junto, mas os familiares conseguiram tirá-la dos braços do pai. A participante afirma que a irmã não merecia, que ela denunciou o marido e voltou pra casa, pois não achava que ele seria capaz de fazer algo. Expôs que a família e, principalmente, a filha do casal, carrega a tristeza no olhar, devido ao ocorrido, e que todas as mulheres devem

ter cuidado quando se trata de violência, pois não sabemos até onde a outra pessoa pode fazer mal.

Outra participante expôs que nenhuma mulher merece sofrer qualquer violência. Não importa se a pessoa é boa ou ruim, não importa a condição da pessoa, nada justifica o ato violento, por isso nós mulheres não devemos aceitar a violência.

Mais uma participante se manifestou e trouxe à tona a história de uma amiga, que ainda sofre violência física pelo marido e sempre se encontra machucada. A participante diz que a mulher precisa criar coragem e tem de querer sair dessa situação de violência. Às vezes, a mulher depende financeiramente do marido, ou depende emocionalmente (paixão, não consegue deixar, um dia ele vai mudar, vai deixar de me bater).

Outra participante colocou que é uma questão cultural e expôs também que algumas mulheres são independentes financeiramente, mas, emocionalmente, não conseguem romper.

A equipe do NUSSERGE continua com o debate, afirmando que também pode acontecer, em um relacionamento violento, de o agressor ser a mulher ou o homem, um relacionamento homossexual. Vale também a Lei Maria da Penha, uma das participantes colocou que “acha justo”. Para tanto, um relacionamento violento, a violência é sempre relacional. A pessoa que está na postura de agressor, no caso da representação, José, como vimos, Sofia não ficava quieta com toda a situação, porém o principal agressor é o que mais exerce poder sobre a pessoa, moralmente e psicologicamente. Faz com que a pessoa sinta-se diminuída, onde pensa que nunca conseguirá ter outro relacionamento ou outro trabalho, não irá voltar a estudar.

Uma das participantes continua a fala, colocando: “vai ficar na sarjeta”.

Uma das mulheres elucida que as pessoas ainda falam “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Lisboa e Pinheiro (2005, p. 200) afirmam “a mulher brasileira sofria em silêncio a violência que lhe era infligida, geralmente, no espaço privado de sua casa e praticada por alguém com quem ela mantinha uma relação afetivo-conjugal”.

Assim, cabe lembrar que nos anos de 1970, de acordo com a Cartilha Lei Maria da Penha: do papel para a vida (2009), as mulheres agiram de forma organizada, não aceitando mais a frase “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, foram às ruas com o slogan “quem ama não mata” para protestar contra a absolvição, pela justiça, dos homens que assassinavam suas companheiras ou ex-companheiras. Tal

período ficou marcado por passeatas de protesto contra os agressores, reivindicações de leis e serviços para as mulheres e a inclusão de estudos sobre a violência nas universidades.

Uma das participantes afirma que, atualmente, a violência contra a mulher aparece com mais frequência no cotidiano, que, antes, a mulher apanhava quietinha, mas, hoje, ela sabe seus direitos e pode se defender. Ainda, reflete que existe muito preconceito no que diz respeito às mulheres.

No debate, também foi falado a respeito da cultura de outros países, nos quais as mulheres usam burcas, ficando evidente que elas sofrem muito mais violência, pela questão da religião. Existem, porém, outras etnias, em que a pessoa mais importante da família é a mulher, que cuida dos filhos, da alimentação, é ela quem manda.

As mulheres lembraram sobre a cultura da mutilação genital feminina em alguns países, a qual é realizada para que a mulher não sinta prazer e seja totalmente submissa. Aidan Foluke¹¹ (2009) explica sobre a circuncisão feminina, que também é conhecida como Mutilação Genital Feminina (MGF) ou castração feminina. A autora explica que, em algumas comunidades, é usado como justificativa para essa questão o controle sexual dessas mulheres. Foluke expõe que esse controle sexual, para as comunidades se dá pela:

1. Preservação da virgindade;
2. Ajuda a ter uma boa saúde;
3. Tem um valor estético muito grande;
4. Previne a promiscuidade;
5. Cria mais oportunidade de matrimônio;
6. A conservação da fidelidade;
7. Aumenta a fertilidade;
8. Potencializa a desempenho sexual e o prazer masculino;
9. Promove a coesão política e social;
10. A conservação da opção sexual – não lesbianismo (FOLUKE, 2009).

Ao pensarmos neste controle do corpo das mulheres, faz com que elas tenham um sofrimento enorme na vida delas e que jamais serão superados, por inúmeras violências que elas foram sujeitadas.

De acordo com a ONUBR (2016), diversas lideranças das Nações Unidas pediram que o mundo eliminasse a mutilação genital feminina, até o ano de 2030, pois consideram uma prática violenta, que marca a vida das mulheres e meninas, colocando a saúde e a vida delas em perigo, e ainda privando-as de seus direitos. A Organização das

¹¹ Aidan Foluke é membro da COPATZION, Tesoureira do Conselho Nacional de Negras e Negros Cristãos- CNNC/BA e acadêmica em enfermagem.

Nações Unidas considera uma violência contra os seres humanos, que ocorre apenas para que o homem sinta mais prazer que as mulheres.

A equipe do NUSSERGE afirma que essas relações são construídas por uma cultura, mas podem ser desconstruídas por nós mulheres, nos relacionamentos, no que nos falamos, nos impondo no dia-a-dia. Cabem a nós mulheres, não aceitar e romper com essas questões de violência.

Ao fim, a equipe do NUSSERGE solicitou que as mulheres participassem da avaliação da oficina. Para tanto, as participantes deveriam responder oralmente as seguintes perguntas:

“Que bom que vocês estão aqui para evoluir nosso pensamento e saber mais”.

De forma geral, as mulheres colocaram que “gostaram e aprenderam” com a oficina, gostaram da forma como foi abordada a temática.

Uma das participantes trouxe que durante a semana viu duas mulheres se beijando e chamou atenção delas, pois elas estavam com o filho. Colocou que não aceitava o que estava acontecendo. Professora Dra. Teresa orientou a respeito da diversidade, que existem diferentes orientações sexuais e que devemos nos acostumar a viver com essas questões. A participante mostrou-se pensativa e, no final da oficina, concordou com a Professora.

“Que pena que existe violência contra a mulher”.

“Que pena que tem mulheres que apanham”.

“Que pena que não é um país muito preparado para atender a tanta demanda, onde a discriminação ainda perpassa por esses espaços”.

“Que tal se acabasse a violência contra a mulher”.

“Que tal se os policiais fossem mais preparados para atender a demanda”.

“Que tal se os homens também tivessem uma oficina sobre violência”.

Uma das participantes do grupo solicitou uma oficina para os homens em situação de rua com a temática da violência, a fim de orientá-los. Ressaltando “por que conhece muitos homens que gostam de bater em mulher na rua. Nós, mulheres, agradeceríamos”.

“Que tal se as mulheres se unissem para se fortalecer”. Trouxe sobre o caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro, com 33 homens e apenas uma mulher. Elas expõem que quem denunciou foi às próprias mulheres, elas se mobilizaram para denunciar.

“Que tal se houvesse mais solidariedade”.

A equipe realizou o fechamento da oficina, e todas as mulheres deram as mãos e foram juntas ao meio do círculo, para gritar três palavras de incentivo e inspiração. As palavras escolhidas por elas foram força, sabedoria e amizade.

Na oficina a temática foi muito elaborada e abordada, de forma que as mulheres sentiram-se à vontade para falar sobre suas experiências diárias, expondo os relacionamentos que possuíam na rua e o que analisavam no cotidiano delas, de forma espontânea.

A dinâmica com as bonecas/os foi fantástica, prendeu a atenção das participantes e ainda fez com que elas interagissem e refletissem sobre a violência de gênero, indicando quais os primeiros passos devem ser tomadas para romper com a violência sofrida e se realmente elas desejavam estar inseridas em uma relação violenta. Também, conheceram mais sobre a Lei Maria da Penha e seus possíveis desdobramentos e foram informadas sobre os locais de acesso para as políticas de enfrentamento.

Na próxima seção, realizaremos a análise das falas do Grupo de Mulheres, com base em observações. As análises foram coletadas conforme acontecia o grupo, onde estava inserida como estagiária de Serviço Social na instituição.

3.1 Análise a partir das falas do grupo de mulheres.

O Grupo de Mulheres foi um trabalho desenvolvido no campo de estágio, especificamente como projeto de intervenção¹², com as mulheres em situação de rua que utilizam o Centro POP do município de Florianópolis. O objetivo deste trabalho foi compreender as formas de rompimento das situações de violências vividas por algumas participantes do Grupo de Mulheres em Situação de Rua no Centro POP.

O grupo é um espaço para as mulheres, que acontece como uma roda de conversa, com dinâmicas e com falas do cotidiano delas. O número de participantes varia de acordo com cada semana, porém de maneira geral participam do grupo até doze mulheres e, em outros momentos, até duas participantes.

As mulheres participantes do grupo possuem como perfil a pobreza extrema,

¹² No estágio obrigatório é exigido um projeto de intervenção, onde deverá ser desenvolvido na instituição na qual o acadêmico está inserido. O projeto de intervenção tem como intuito a aproximação entre a teoria e prática no cotidiano profissional. Conforme Couto (2009, p. 4) “o projeto de trabalho, [...] deve condensar as possibilidades e os limites colocados ao profissional para executar suas tarefas e deve iluminar sua constante avaliação da eficácia de seus instrumentos, técnicas e conhecimentos para atingir as metas propostas, que devem estar articuladas aos elementos presentes no espaço sócio-ocupacional, como também referendarem os compromissos profissionais”.

utilizam a rua como espaço de moradia e sobrevivência e possuem vínculos familiares rompidos ou fragilizados. Percebe-se que as mulheres participantes do grupo, expressivamente, são usuárias de álcool e/ou outras drogas; algumas estão em tratamento para dependência química ou uso abusivo, outras não. Há, no grupo, alguns casos de mulheres com transtorno mental e quase todas possuem um relacionamento afetivo.

Com base em observações no campo de estágio, é notório que a saída do espaço privado para o público pode estar relacionada a diversos motivos, como ruptura de vínculo familiar, o uso de álcool e/ou drogas, violências sofridas no âmbito doméstico e familiar, transtorno mental, a renda insuficiente para garantir o próprio sustento e de seus filhos, entre outros motivos.

Ao longo dos encontros, a temática é trabalhada enquanto elas vão pintando as unhas uma das outras, realizando algum trabalho (flores de EVA, de tecido, tricô, crochê), ou com base em algo que ocorreu no dia a dia delas. Cabe destacar que o grupo é único lugar destinado somente às mulheres, é um momento em que não estão com seus companheiros, que podem falar de tudo (ciúmes, relacionamento, saúde, amor, saudade da família, desejo, estreitamento de laços, pertencimento).

Contudo, cabe ressaltar que, desde a criação do grupo até agora, foram encontradas algumas dificuldades. Percebemos, ao longo do tempo, que elas gostavam de receber outros profissionais. Destacando que no início dos encontros encontrávamos resistência, porém, com o vínculo criado entre integrantes do grupo e elas, fez com que se abrisse um leque de oportunidades de inserção de outros profissionais. Assim, conforme o grupo acontecia semanalmente, fomos construindo o vínculo e a confiança com as participantes, além de todas se colocarem à disposição para outras experiências e conhecimentos, indicando um bom sinal de amadurecimento do grupo.

Em alguns momentos, elas sugeriam temas para o próximo encontro, mas, no dia da realização, não demonstravam interesse. Isso se explica pelas dificuldades que elas enfrentam no cotidiano, que fazem com que, de uma semana para outra, mudem de ideia devido ao contexto em que vivem. Observamos que elas esperavam pelos produtos de beleza e pelo artesanato, assim, ao longo do tempo, conforme acontecia o grupo, trabalhávamos a temática. Percebemos a importância dos materiais para elas, sendo que não possuem esses produtos na rua, consideramos este momento delas, espaço de privacidade.

Com o tempo, fomos percebendo essa questão e, a cada encontro, deixávamos expostos os produtos na mesa em círculo e trabalhávamos a temática, enquanto elas realizavam o que mais gostavam naquele momento. Também, foram criadas estratégias para que o projeto continuasse, como o aumento da adesão das participantes, ajustes na forma de condução do grupo e até nos temas a serem trabalhados com elas. Percebe-se que muitas não conseguem prender sua concentração por muito tempo, e não ter o que fazer durante o grupo deixa o espaço ocioso e pouco atrativo. Após a inserção de produtos de beleza ou de produtos para atividades manuais, ficou evidente que a participação na temática proposta foi bem maior.

Cabe destacar que muitas mulheres em situação de rua, de acordo com Tiene (2004, p. 156) “possuem uma tendência, especificamente feminina, de cuidados corporais”. Logo, por mais que essas mulheres sofram violência, elas procuram se arrumar, para se sentirem bem, assim, escondendo os sentimentos de tristeza e dor que carregam.

Em relação à autoestima, observa-se que as mulheres gostam de pintar as unhas, passar perfume, maquiagens, hidratantes corporais, batom, ou seja, são cuidados corporais que fazem com que elas se sintam bem. E a maioria delas possui uma bolsa com produtos – como batom, absorvente, escova para cabelo – que utilizam no cotidiano. A autora Tiene (2004, p. 156) afirma que “esta atitude pode revelar uma autoestima presente, necessária à sua sobrevivência psicológica”.

Vale mencionar que, para dar continuidade ao processo grupal, precisamos entender o perfil e a realidade dessas mulheres. Além disso, precisamos nos colocar no lugar delas, para tentar entender algumas situações, atitudes, enfim, questões que fazem parte do cotidiano delas. O tempo que estivemos com as participantes nos fez perceber que cada mulher possui uma história de vida, marcada por alegrias, tristezas, solidariedade, frustrações, desejos, atitudes, sonhos, violências e que cada uma delas vem lutando para sobreviver neste mundo.

Destacando que, assim que terminavam os encontros, as integrantes do grupo sentavam e pensavam em estratégias sobre o que aconteceu naquele grupo e para refletir a respeito dos próximos encontros, com o objetivo de ir adequando o processo grupal. Nos encontros instigávamos as participantes sobre as temáticas trabalhadas e a opinião delas, foram percebendo que sempre estávamos preocupadas com o grupo e sobre as sugestões, visando melhorias ao processo grupal, a organização, etc.

No cotidiano profissional, nos confrontamos com diversas situações que caracterizam uma gama de direitos violados, porém, cabe ao profissional seguir seu código de ética da profissão, ser comprometido com o projeto ético-político da profissão, orientando as mulheres sobre seus direitos. No dia a dia, nos deparamos com conflitos entre os casais e, assim, percebemos que estes se agridem, sem se dar conta da forma que estão agindo e se colocando agressivamente, por isso a relevância de criação de grupos no serviço.

Lisboa ressalta:

Os estudos feministas têm sugerido estratégias de intervenção contra a violência doméstica, que vão desde, promover mudanças nas normas sociais e culturais através de educação, **criar grupos de conscientização**, apoio e empoderamento, tanto para homens (agressores ou não) quanto para mulheres (em situação de violência ou não), passando por campanhas através dos meios de comunicação e reformulação da legislação até criação de programas de capacitação para técnicos que trabalham a questão da violência (LISBOA, 2014, p. 43).

O assistente social precisa olhar a realidade que as mulheres vivenciam e, a partir de então, criar formas de pensar e agir nos processos de intervenção profissional. No atendimento cotidiano, as mulheres trazem suas demandas, em que o profissional deve expor as políticas públicas eficazes e trabalhar de maneira articulada. Nas instituições, são de grande importância os grupos de conscientização, que devem informar às usuárias que são cidadãs e sujeitos de direitos. A experiência com o grupo de mulheres, e a realização da oficina foi um marco dessa postura, pois orientou as mulheres sobre as políticas públicas e fez com que elas refletissem sobre o empoderamento de sua autonomia.

Logo, com base em observações no campo de estágio, percebemos que as mulheres em situação de rua são minoria em relação aos homens. A autora Tiene afirma:

Pode-se explicar porque, histórica e culturalmente, a mulher sempre desempenhou o papel de reprodutora e responsável pelos cuidados com a prole, ou seja, sempre ou quase sempre, **limitada** a um espaço físico e social da casa, onde procria e por isso deve viver. **Submissa** no ambiente doméstico tem **tratamento desigual** nas relações de trabalho, o que parece se repetir também na rua que é um espaço público (TIENE, 2004, p. 19).

Nesse sentido, historicamente, a mulher ficou limitada à responsabilidade dos cuidados da casa e de seus filhos, estando submissa e restrita ao ambiente privado, no qual era vista como reprodutora e do lar.

Segundo Casagrande (2006, p. 32) “as diferenças entre o homem e a mulher, imposta de forma histórica e cultural, foram construídas de modo que a figura feminina esteja ligada ao corpo frágil e subordinado, estando relegada uma posição secundária na sociedade”.

Ao se deparar com a situação de rua, assim, as mulheres enfrentam longos caminhos diários, desde situações de risco, preconceito, criminalização, violências, enfim, infinitas situações de insegurança.

A questão da violência sempre aparece nos encontros, visto que é um tema delicado que precisa ser abordado minuciosamente. Uma das participantes colocou que ser mulher e estar em situação de rua torna-se muito mais difícil, pois elas estão mais expostas a situações de risco e perigo. Ressaltam que precisam criar estratégias de proteção, seja ao serem inseridas em um grupo ou com um companheiro para que não sofram outros tipos de violência.

Ainda, afirmam que são abordadas no período noturno por homens que acreditam que a mulher que está em situação de rua é disponível para o sexo. Expôs que algumas são abusadas sexualmente ou sofrem outros tipos de violência, ou seja, o fato de estar em situação de rua faz com que muitos homens criem preconceitos e estereótipos sobre as mulheres. Portanto, em determinadas situações, os homens sentem-se no direito de abusar da mulher, pela situação em que se encontram no momento.

Alves (2013, p. 4) ressalta que “com as mulheres em situação de rua, o preconceito torna-se mais agravante, não somente por morarem nas ruas, mas também por existir um histórico em nossa sociedade de desvalorização da mulher”.

Conforme Casagrande traz à tona:

Os homens moradores de rua estabelecem em relação às mulheres uma postura instituída de que eles são mais fortes, tornando assim responsáveis pelo cuidado e proteção de suas companheiras. As mulheres reconhecem que precisam ser protegidas, normalmente associando a proteção às relações afetivas. O fato de o homem transpor-se como protetor favorece o mesmo na tentativa de fazer com que a mulher venha a acatar seu domínio e suas vontades (CASAGRANDE, 2006, p. 30).

Através da convivência com as mulheres no campo de estágio, percebe-se que, cotidianamente, na relação conjugal, os homens mantêm uma postura dominadora sobre elas, atribuindo ameaças e instituindo relações de poder. Em algumas situações, os homens que vivem em situação de rua tornam-se protetores das mulheres/companheiras,

porém, isso não significa que essas mulheres são instituídas de plena proteção, pois, em alguns contextos, sofrem violência praticada pelos próprios companheiros.

As mulheres refletem que, na realidade, é uma falsa proteção, pois inúmeras vezes precisam fazer sexo na calçada onde dormem, sem o consentimento e desejo delas e sentem-se muito mal com toda a situação. Isso claramente constitui um ato de violência, visto que a violência sexual é entendida como o ato que utiliza a força, repressão, ameaça, sem o consentimento da mulher.

A autora Tiene (2004, p. 156) ressalta que “as mulheres mantêm submissão sexual em troca de proteção e pagam muito caro por isso. Seus corpos revelam os traços de ‘utilidade-obediência’ constatados nas instituições repressivas”. Para tanto, a autora ainda ressalta “a violência sexual praticada contra elas marca-as profunda, física e psicologicamente” (TIENE, 2004, p. 156). Contudo, observamos que essas mulheres carregam em suas histórias de vida marcas de dor e tristeza, pois, quando ressaltam no grupo determinada violência, aparece no semblante de cada uma a marca deixada pela violência que sofreram ou continuam sofrendo.

Ao observarmos as participantes do grupo, percebemos que algumas mulheres saíram do espaço privado para o público, devido a sofrerem violência dentro de suas residências.

Com isso, uma das participantes expôs sobre sua trajetória de vida e como se sentia quando seu ex-companheiro abria a porta de casa. Afirmou que, ao ouvir o barulho da chave abrindo a porta, seu coração disparava, pois sabia que começaria novamente mais um episódio violento. Preocupava-se com as filhas que estavam dormindo, tinha medo de ele bater nelas também, ao defendê-la. Toda noite, chegava a casa sobre o efeito de drogas e sempre chegava muito tarde, de madrugada. Ela teria de esperá-lo para jantar ou, então, ele batia nela, quebrava os móveis. A participante expõe que viveu durante muitos anos nessa situação mas, assim que suas filhas estavam maiores, resolveu terminar com o relacionamento, coloca não ter sido fácil, teve que registrar B.O para que o mesmo não chegasse perto dela (medida protetiva). Avaliou que hoje está em situação de rua, visualiza situações de violência pela cidade e pelas pessoas que habitam ao seu redor, mas possui companheiro na rua e ambos se respeitam. Reiterou que caso o companheiro apresente algum tipo de violência, não pensará duas vezes em buscar seus direitos enquanto mulher, mas refere que ele “é uma pessoa boa e carinhosa”. A participante destacou a seguinte frase: “o que não cura, fortalece”, explicando que sempre teve de ter muita força para enfrentar os problemas, e

os que já passaram, procura resgatar em sua memória para que tenha força e consiga seguir adiante.

Contudo, mesmo que a condição da mulher ainda não tenha sido totalmente superada, cabe destacar que, nos encontros, percebemos que algumas mulheres já estavam se colocando como sujeitos de direitos, que possuem desejos e principalmente autonomia. Pode até ser um processo lento, mas temos o objetivo de orientá-las com foco em uma nova perspectiva de vida, livre de violências.

Para a autora Lisboa (2014) a violência contra as mulheres ocorre com maior frequência no ambiente doméstico, sendo praticada principalmente por homens. Com relação à violência doméstica, contudo, também pode acontecer que mulheres sejam consideradas como agentes contra outras mulheres, tendo em vista um grau menor de hierarquia dentro do espaço doméstico. No que diz respeito às mulheres em situação de rua, a maioria da violência é praticada por homens, e quase sempre pelos seus companheiros.

Com relação a isso, Lisboa (2014, p. 40) afirma “isso significa que a ‘protagonista’ da violência eventualmente pode ser uma mulher jovem contra outra mulher idosa, a irmã mais velha contra as mais novas, violência entre casais homoafetivos [...]”.

Também, não podemos deixar de mencionar a violência intrafamiliar. Segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2002, p. 15) “a violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família”. Ainda, o Ministério da Saúde (2002) explica que a violência intrafamiliar pode acontecer dentro ou fora do espaço doméstico, sendo realizada por algum membro familiar, ou até mesmo por pessoas que assumam a função parental, mesmo sem laços de consanguinidade.

Ao falarmos sobre violência contra a mulher, vale lembrar que em 1983, segundo a Cartilha Lei Maria da Penha: do papel para a vida (2009), Maria da Penha Maia Fernandes¹³, levou um tiro dormindo e ficou paraplégica.

Em 2001, segundo a Cartilha Lei Maria da Penha: do papel para a vida:

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) acatou as denúncias, feitas em 1998, pelo Centro

¹³ De acordo com a Cartilha Lei Maria da Penha: do papel para a vida (2009), o marido de Maria da Penha foi o responsável pelo disparo, não contente, ele tentou matá-la novamente, com eletrochoque e afogamento, durante o banho. O tempo que ficou casada, sofreu agressões e intimidações sem reagir, pois temia por represálias contra ela e suas 3 filhas.

para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL/Brasil) e pelo Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM, seção nacional). A Comissão publicou o Relatório nº 54 responsabilizando o Estado Brasileiro por negligência e omissão em relação à violência doméstica, recomendando várias medidas no caso específico de Maria da Penha e a revisão das políticas públicas vigentes no âmbito da violência contra a mulher (Cartilha Lei Maria da Penha: do papel para a vida, 2009, p. 12).

A Lei N°11.340/2006 foi batizada com o nome de Maria da Penha, reconhecendo uma história de luta e transformação dessa mulher, contra o ato de violência doméstica e familiar. Essa lei pode ser vista conforme a Cartilha Lei Maria da Penha: do papel para a vida (2009), Art. 1° como:

Um microsistema de direitos por criar mecanismos para coibir e prevenir este tipo de violência; dispor sobre a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contras as Mulheres, com a competência cível e criminal; além de estabelecer medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência (Cartilha Lei Maria da Penha: do papel para a vida, 2009, p. 22).

A Lei Maria da Penha tem como objetivo prevenir e coibir as violências vivenciadas pelas mulheres. Elas foram discriminadas ao longo do processo histórico, onde não tinham acesso à educação, religião, ao voto, as suas opiniões e idéias, entre outros direitos que lhe foram negadas. Com a lei, em seu Art 2°, elas “têm asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental seu aperfeiçoamento oral, intelectual e social”.

Maria da Penha foi uma das mulheres que teve a coragem de denunciar, porém, muitas mulheres ainda sofrem caladas, por diversos motivos, como medo de não conseguir se manter financeiramente, disputa pela guarda dos filhos, por acreditar que aquilo aconteceu só naquele momento e que não irá acontecer novamente.

Nessa perspectiva, o agressor sabe como agir e reagir, Teles e Melo (2012, p. 22) afirmam:

A violência de gênero ocorre entre homens e mulheres que se amam ou amaram, se relacionam ou se relacionaram na intimidade. O agressor conhece bem os hábitos, os sentimentos e maneiras de agir e reagir de sua vítima, o que a torna mais vulneráveis aos seus ataques (TELES; MELO, 2012, p. 23).

Assim, as autoras explicam que o intuito masculino é possuir a mulher e tê-la como sua propriedade, determinando como ela deve se vestir, pensar ou até mesmo desejar. O homem tem como objetivo possuir o controle absoluto e ela devem apenas desejá-lo.

A Lei Maria da Penha, N° 11.340/2006, de 07 de agosto de 2006, em seu Art. 7° afirma as formas de violência contra a mulher e familiar.

Tabela 2: Formas de violência contra a mulher e familiar

I	A violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
II	A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
III	A violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
IV	A violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
V	A violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Fonte: BRASIL, Lei N° 11.340/2006.

A **violência física** consiste em atos que ofendam a integridade física ou saúde da mulher, através de tapas, chutes, empurrões, golpes, queimaduras, mordeduras, estrangulamentos, ameaças com facas, mutilação genital, tortura, assassinato, etc.

Já a **violência psicológica**, consiste na intimidação e ameaças impedindo o desenvolvimento pessoal. Refere-se também a expor a pessoa por meio humilhações, dominação, etc.

A **violência** é considerada **sexual** quando envolve a atividade sexual não consentida, quando o agressor utiliza o uso da força, chantagem, coação. De acordo com Souza e Adesse (2005, p. 37), “a violência sexual pode ser exercida no espaço doméstico (casa) ou no público (rua)”.

Outra questão importante que vale ressaltar é com relação ao estupro, também considerado uma violência contra a mulher. Segundo Teles e Melo (2012, p. 40), “o estupro ocorre dentro do contexto violento e não de paixão ou com o objetivo de

encontrar satisfação sexual. O que domina no ato do estupro são a força e o ódio. O agressor usa da sexualidade para manifestar sentimentos de poder e vingança”.

O estupro também é uma forma de agressão sexual, de acordo com Teles e Melo (2012, p. 42), pois “deprecia a condição humana, destrói a personalidade da vítima, ultraja um dos direitos elementares, que é a integridade pessoal e o controle sobre seu próprio corpo”. As autoras complementam dizendo que o estupro é um dos crimes poucos denunciados, devido a alguns distritos policiais e órgãos do judiciário não estarem totalmente preparados para esse tipo de crime, e os profissionais ridicularizam e humilham a vítima, além de colocá-la sob suspeição.

A **violência patrimonial** consiste em qualquer ato em que o agressor destrói ou pegue para si objetos, documentos e outros pertences.

Por fim, a **violência moral** se dá quando ocorre assédio moral ea pessoa agride fisicamente ou até mesmo psicologicamente com gestos, palavras, configurados como calúnia, injúria e difamação.

Percebe-se que as mulheres conhecem a violência física, moral, psicológica, mas não conheciam a violência patrimonial. Todavia, em outros encontros do grupo, colocavam como o companheiro as tratavam, principalmente expondo que, em situações de discussão, eles jogavam fora seus documentos. Isso gerava um desconforto e dano à mulher, que terá que novamente refazer seus documentos.

Ainda, observa-se que uma das participantes gosta do grupo, porém nem sempre participa, pois “o companheiro às vezes não deixa”, por ciúmes e achar que as outras mulheres irão influenciar a sua companheira. Cabe destacar, também, que alguns companheiros chegam a bater na porta da sala de convivência para tentar descobrir do que as mulheres estão falando, disfarçam e depois perguntam para a companheira. É importante frisar que sempre reiteramos com elas sobre o sigilo, visto que é um espaço para elas e são tratados assuntos sobre a história de vida delas, para que elas possam continuar tendo um espaço de privacidade.

Lisboa (2014) ao analisar a dominação masculina, cita Pierre Bourdieu ressaltando que:

A lógica do gênero é uma lógica de poder e de dominação, é a forma paradigmática de “violência simbólica”, ou seja, aquela violência exercida sobre um agente social com sua cumplicidade e seu consentimento. Para o autor, a cultura marca os seres humanos com o gênero e o gênero marca a percepção do social, do político, do religioso, do cotidiano (LISBOA, 2014, p. 42).

Nesse caso, o companheiro impõe à mulher o que ela pode ou não fazer, afirma poder e a dominação existente na relação. Observamos que ela não deseja contrariá-lo, para que não tenha maiores problemas com ele.

Ana Angélica Pereira Souza (2010, p. 36) cita Gregori (1993), destacando que a autora prefere utilizar o termo “mulheres em situação de violência” ao invés de “mulheres vítimas de violência”. Ainda, a autora expõe que a violência é um tipo de comunicação, mesmo que perverso, entre um casal.

Em um dos casos, percebe-se que a mulher agride o companheiro constantemente. Nesse caso, a situação é inversa, a outras expostas anteriormente. Souza (2010, p.18) destaca que “embora a violência de gênero tenha como principal expressão a violência contra a mulher, ela também dá margem a situações de violência em que a vítima é um homem, ou o homossexual”.

Outro ponto importante é que em uma relação violenta tem-se a atuação de ambas as partes. O homem pode ser o agressor, mas, ao mesmo tempo, a maioria das mulheres também não aceita as ofensas e corresponde da mesma forma. As participantes, por sua vez, colocaram que “se ele bater, eu bato também, encho de unhas”.

Com base em observações no dia a dia no campo de estágio, é explícita a violência entre os casais. Logo, basta observarmos as falas no grupo de mulheres ou caminharmos pelo Centro de Florianópolis, onde sempre há situações em que os casais estão discutindo ou até mesmo se agredindo.

Ainda, observamos que poucas mulheres não possuem um companheiro na rua e que estas vivem de forma isolada, podendo ser abusadas sexualmente no período noturno, quando estão mais vulneráveis. Essas mulheres sentem-se constrangidas com a violência que ocorre, ficam retraídas e isoladas.

No que diz respeito a instituições de acolhimento, cabe mencionar que não são todas as mulheres que desejam ser acolhida em albergues ou em casas de mulheres em situação de rua e/ou violência, pois não conseguem ficar em locais fechados, por possuírem um histórico de institucionalização, anteriormente, ou porque não se adaptam às regras da instituição. Outras desejam ser acolhidas, mas nem sempre há vagas disponíveis e estas ficam na rua, deixando explícito a fragilidade da rede socioassistencial do município de Florianópolis. Assim, não há uma rede disponível para dar conta de tal demanda, e, se não há vagas, não tem para onde encaminhá-las, ou seja, elas voltarão para a condição de rua.

É importante acentuar que as trajetórias de vida apresentam histórias diferentes, porém, as observações sugerem que são semelhantes no cotidiano que vivenciam atualmente, no qual a violência torna-se presente em cada espaço.

A experiência com o grupo permitiu ter um maior contato com as mulheres que utilizam a rua como espaço de moradia e sobrevivência, conhecendo um pouco sobre a rotina diária das participantes e as violências sofridas por elas, principalmente a violência de gênero.

Sem dúvida, algumas mulheres, para não se sentirem desprotegidas, aceitaram dar continuidade relação, enquanto outras resolveram não ficar caladas e procuraram seus direitos. A maioria permanece na relação violenta, colocam não aceitar a violência e correspondem também agressivamente, com unhas, chutes, tapas, mas percebe-se que poucas mulheres rompem de fato. Para que as mulheres enfrentem essa situação de violência, elas precisam se fortalecer, e o grupo de mulheres também foi criado para contribuir com essa questão.

Dessa forma, Souza (2010, p.43) cita Gregori ao afirmar que a autora realizou um estudo, no qual “percebeu-se que muitas mulheres alegavam na queixa na delegacia que não pretendiam se separar do marido agressor, mas apenas que a delegacia interviesse para que cessassem os episódios agressivos”.

As mulheres continuam a relação, com a esperança de que tudo irá mudar, e que aquela foi apenas uma fase ruim. De acordo com a cartilha da Coordenadoria de Execução Penal e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (CEPEVID):

A não reação da mulher à violência se dá por medo de que o parceiro cumpra as ameaças de morte ou suicídio, caso se separe dele; vergonha e medo de procurar ajuda; sensação de fracasso e culpa na escolha do par amoroso; esperança de que o comportamento do parceiro mude; falta de apoio adequado da família e no trabalho; disputa pela guarda dos filhos; boicote de pensões alimentícias; crenças religiosas; dependência econômica bem como falta de qualificação profissional e escolaridade (CARTILHA DA COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL E VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, 2016).

Percebemos que as mulheres que conseguiram romper com a situação de violência tiveram dificuldades de enfrentar o companheiro e até mesmo seus sentimentos sobre o mesmo, pois sabiam que dificilmente teria volta à relação afetiva e que precisaria reverter sua própria situação de vida.

A forma de romper pode ser encarada por elas saindo de suas residências para morar na rua ou estando na rua e rompendo com a violência que vêm sofrendo. Através de observações no grupo, percebemos que dificilmente elas conseguem romper, pois

temem que o agressor faça algo contra elas, mesmo que se tenha a lei prevista para as mesmas, ainda há medo.

De acordo com o artigo de Rosa e Brêtas (2015, p. 276) “a vida na/e da rua não permite clichê; ela é múltipla, é complexa, é lócus de conflito e contradição social; aliás, viver na/e da rua per si é uma violência e escancara a desigualdade de direitos dentro de uma sociedade”.

Cabe destacar que neste estudo minha intenção não é colocar a mulher em uma posição frágil, pelo contrário é mostrar que, ao longo de sua existência, ela foi mostrando-se cada vez mais forte enfrentando as dificuldades que encontram na rotina diária. Vale salientar que estar na condição de rua já é uma violência, mas sabemos que – em especial – as mulheres em situação de rua sofrem violências por seus companheiros, pela invisibilidade por parte da sociedade, pela falta de moradia, perda dos filhos e pela barbárie das ruas.

Para Casagrande (2006, p. 47) “o homem e a mulher que moram na rua e se inter-relacionam na rua, nada mais são do que dois sujeitos de um processo embasado na falta de garantia dos direitos básicos estabelecidos [...]”.

Sabemos que há inúmeras negligências à pessoa em situação de rua, com todos os direitos devidos à pessoa humana, com base nos princípios de igualdade e equidade, reconhece esses direitos, mas que ainda, não lhes foram garantidos. Foi nesta direção e perspectiva que se procurou orientar este trabalho enquanto assistente social, com foco na garantia de direitos dessas mulheres.

3.2. Avaliação das participantes no que se refere ao Grupo de Mulheres

Cabe destacar que as integrantes do grupo (assistentes sociais e educadoras sociais) irão dar continuidade ao projeto, visto que contribuiu de forma positiva no que diz respeito aos direitos das mulheres, assim como o empoderamento da autonomia delas.

Por mais que consideremos um processo lento em relação ao rompimento da violência vivenciada por elas, é de extrema relevância que continue sendo abordada essa temática, não apenas com elas, mas também com os homens.

Próximo ao término do estágio, realizamos um questionário, com o objetivo de saber a opinião das mulheres a respeito do grupo e, dessa avaliação, participaram oito mulheres.

Dentre as informações obtidas em relação ao horário do grupo, seis mulheres avaliaram “bom” e duas “ótimo”. As que optaram por “bom” disseram-nos que gostariam que o encontro acontecesse à tarde, também, em outro dia da semana.

No que diz respeito à avaliação dos temas abordados, todas as participantes colocaram “ótimo.” A exposição das falas dos profissionais, também foi avaliada por elas como “ótimo”.

Em relação a quantos encontros elas participaram apenas uma mulher colocou um, pois foi seu primeiro encontro no grupo; uma colocou de dois a quatro encontros e seis mulheres colocaram mais de oito encontros.

Perguntamos às mulheres como se sentiram nos encontros, se gostaram de participar e quais encontros mais gostaram. De maneira geral, as mulheres colocaram que gostam de participar do grupo, por ser um espaço para elas, onde podem estar entre mulheres, podem cuidar um pouco da autoestima delas e principalmente refletir algumas temáticas que passam despercebidas pelo cotidiano.

Sobre o encontro que mais gostaram, todas colocaram a oficina realizada pela equipe do NUSSERGE/UFSC. E, como opiniões, reiteraram a importância de uma oficina para homens em situação de rua, sobre a violência de gênero. Consideramos a importância de ser aplicada uma oficina sobre a temática, para conscientização dos homens, afinal, todos nós precisamos desconstruir a violência que perpassa os espaços e por entendermos que eles são considerados os maiores agressores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a elaboração do presente Trabalho de Conclusão de Curso, através da experiência no período de estágio, realizado no Centro POP do município de Florianópolis, fez com que ampliasse o olhar sobre a violência sofrida pelo grupo de mulheres em situação de rua. O estudo teve como objetivo compreender as formas de rompimento das situações de violência vividas por algumas participantes do Grupo de Mulheres em Situação de Rua no Centro POP.

De modo geral, observo que a maioria das mulheres que frequentam o grupo dificilmente rompe com a situação de violência e, para se protegerem ou não sofrerem ainda mais atos violentos nas ruas, acabam tendo um relacionamento afetivo e protetivo. Porém, isso não significa que estão totalmente protegidas, visto que, na maioria das vezes, os companheiros mantêm sobre elas uma postura de dominação e poder. Há casos de mulheres que conseguiram romper, mas são poucas.

Cabe destacar que muitas têm medo e insegurança de denunciar a agressão, pois, como estão na condição de rua, temem de sofrer mais violências. Com base nas falas das mulheres, conseguimos verificar o interesse delas pela temática apresentada, o que fez com que elas refletissem sobre as violências que vêm sofrendo nas ruas.

O Grupo de Mulheres e a oficina possibilitaram que as participantes conhecessem mais sobre a Lei Maria da Penha, sobre políticas de enfrentamentos no que diz respeito às mulheres e principalmente incentivá-las a lutarem por sua autonomia e seus direitos.

O estágio possibilitou o contato com a profissão, de tal modo que tive a oportunidade de participar durante os atendimentos psicossociais, reuniões, visitas institucionais, estudos de casos, assembléias para a população de rua, entre outras atividades.

Estando inserida na instituição, pude analisar algumas questões do cotidiano, que são consideradas lutas dos profissionais que estão inseridos no espaço institucional, como visitas institucionais com foco na ampliação da rede de apoio, fazer com que o serviço seja um espaço solidário no que diz respeito à convivência de todos, promovendo eventos, com a interação da equipe com a população em situação de rua, reunião geral a cada 15 dias para informes e melhorias, entre outros. Os profissionais

são comprometidos, gostam trabalhar nesse espaço e estão sempre se reunindo e qualificando-se para pensar em estratégias e avanços.

O que se verifica é que diariamente há uma grande demanda de atendimentos no Centro POP, para encaminhamentos a casas de apoio, albergue, CAPS AD, comunidades terapêuticas e casa de passagem para mulheres em situação de rua. Cabe destacar que as vagas ofertadas são limitadas, o que considero uma grande dificuldade nos atendimentos. É de extrema importância a criação de mais albergues e abrigo/casa para mulheres em situação de rua, para que eles possam criar formas de sair dessa situação.

Devido à importância do tema, é necessário dar continuidade a este projeto, trabalhando temáticas sobre violência de gênero e tantas outras que possam ser abordadas.

Diante dessa constatação, é importante que todos (homens e mulheres) lutem por uma sociedade mais justa e igualitária, livre de preconceitos e discriminação, onde ambos se respeitem, sem dominação, violência entre os sexos, sem estereótipos e sem desigualdades.

Por fim, vale lembrar que a violência de gênero foi construída historicamente, portanto, todos nós podemos desconstruir a questão da violência. A mulher traz em sua história, uma luta marcada por conquistas e avanços ao longo dos anos, enfrentando dificuldades, mas seguindo em frente, mesmo com muitos obstáculos, em busca de políticas públicas, com foco na igualdade de gênero e autonomia das mulheres.

Como mulher e Assistente Social esta experiência com o Grupo de Mulheres proporcionou-me um grande crescimento pessoal e profissional, aprendi com estas mulheres que a solidariedade perpassa esses espaços, assim como a violência. Cada mulher possui em sua história de vida uma trajetória de sofrimento e dor, mas continuam em busca de melhores condições, sem desistir.

REFERÊNCIAS

FOLUKE, Aidan. **A mutilação genital feminina, violação do corpo da mulher**. 2009. <Disponível em: <http://cnnbca.blogspot.com.br/2009/09/mutilacao-genital-feminina-violacao-do.html>>. Acesso em: 09 jul. 2016.

ALVES, Branca M.; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

ALVES, Maria Elaene Rodrigues. **As moradoras de rua entram em cena: a violência contra a mulher moradora de rua como uma das expressões da “questão social”**. Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual do Ceará (UECE), 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/pdf/asmoradorasderuaentramemcena.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

ANDALÓ, Carmen. **Mediação Grupal: uma leitura histórico-cultural**. SP: Agora, 2006.

Apoio á Vítima – APAV, Violência Doméstica, 2012. Disponível em: <<http://www.apav.pt/vd/index.php/vd/o-ciclo-da-violencia-domestica>>. Acesso em: 20 jun. 2016

BARROCO, M. L. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo no 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994, 35a Edição. Brasília, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: 07 jul. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. SUAS e População em Situação de Rua**, Volume III. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Diálogos sobre a População em Situação de Rua no Brasil e na Europa: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviços**. Cadernos de Atenção Básica, n.º 8. Brasília, 2002.

Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2016.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; AMARAL, Marisa Silva. **Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes**. Revista de Economia, v. 34, n. especial, p. 163-181, 2008.

CASAGRANDA, Melissa. **Dando visibilidade às mulheres moradoras de Rua de Florianópolis**, 2006. Disponível em: <tcc.bu.ufsc.br/Ssocial286431>. Acesso em: 15 jun. 2016.

Cartilha de Perguntas e respostas. **Violência Doméstica: Tudo começa com gritos e nunca deve acabar em silêncio**. Núcleo de Violência Domestica e Familiar contra a Mulher- CEPEVID.

Disponível em: <<http://www.tjsc.br/institucional/diretorias/cepevid/nucleoVC.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

Centro de Pesquisas da Antiguidade. 17 de agosto de 2010. Disponível em: <<https://cpantiguidade.wordpress.com/2010/08/17/a-casa-grega-do-v-a-c/>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS. **Resolução, nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Disponível em: <<https://blogcnas.org/cnas/sobre/>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

COSTA, Ana Paula Motta. **População em situação de rua: contextualização e caracterização**. Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 4, v. IV, dez. 2005.

COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: CFESS/ABESS (Orgs.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

CUNHA, Lucas de Lima. **Os clássicos da “literatura” sociológica infantil: as crianças e a infância de acordo com Marx, Weber, Durkheim e Mauss**. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.20.1, 2013, pp.83-98. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/viewFile/74416/78040>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

DIAS, Donaldo S.; SILVA, Mônica F. **Como Escrever uma Monografia**. São Paulo: Atlas, 2010.

DICIONÁRIO INFORMAL. **Significado da palavra “bico”**. Disponível em: <www.dicionarioinformal.com.br/significado/bico/107/>. Acesso em: 30 jun. 2016.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2002.

GARCIA, Ana L. da S. **A implementação do sistema de informação e gestão do SUAS na Política de Assistência Social: reflexos nas práticas profissionais e na democratização das políticas públicas.** O Social em questão – 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 34. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LISBOA, Teresa Kleba; PINHEIRO, Elaine Aparecida. **A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher.** *KATÁLYSIS*, v. 8, n. 2 de jul./dez. 2005, Florianópolis/SC.

LISBOA, Teresa Kleba. **Violência e Relações de Gênero- definindo políticas públicas.** II Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005.

LISBOA, Teresa Kleba. Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do Serviço Social. *Temporalis*. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 33-56, jan./jun. 2014.

LISBOA, Teresa Kleba; GELSLEICHTER, Mayara; KLITZKE, Carla. **Roteiro Elaborado pela Equipe do NUSSERGE/UFSC.** 2016.

Lei Maria da Penha. Lei N° 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 17/07/2016.

Lei Maria da Penha: do papel para a vida. Comentários à Lei 11.340/2006 e sua inclusão no ciclo orçamentário. 2° Edição. CFEMEA, 2009.

Apoio á Vítima – APAV, Violência Doméstica, 2012. Disponível em: <http://www.apav.pt/vd/index.php/vd/o-ciclo-da-violencia-domestica>. Acesso em: 20 jun. 2016.

Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. **Legislação Federal sobre estágios de estudantes.** Disponível em: <http://joinville.ufsc.br/files/2013/05/informacoes-estagio-site.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2016.

MANFRINI, Daniele Beatriz. **A intervenção profissional do Serviço Social no Ministério Público de Santa Catarina e as questões para debate.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

MATHES, Priscilla. **Projeto Contagem da população em Situação de Rua.** Florianópolis, fevereiro de 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Secretaria de Atenção à Saúde.** Departamento de atenção Básica. Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMBATE À FOME. **Cartilha Inclusão das pessoas em situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo.** Brasília, 2011.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS Departamento de Proteção Social Especial – DPSE. **Centro POP Rua -Orientações sobre o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.** Disponível em: <<http://cimos.blog.br/wp-content/uploads/2014/03/perguntas-e-respostas-centro-pop-rua.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

_____. **Lei Orgânica de Assistência Social.** Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993. 2. ed. Brasília, 2010.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social- Loas Anotada.** Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Departamento de Gestão do Sistema Único da Assistência Social, 2009.

_____. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004. Norma Operacional Básica - NOB/SUAS.** Brasília, 2005.

_____. **Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social.** Brasília, 2004.

OLYMPE DE GOUGES: AS MULHERES E A REVOLUÇÃO. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nec/olymp-de-gouges-mulheres-e-revolucao>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ONU pede eliminação de ‘prática violenta’ da mutilação genital feminina até 2030.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-pede-eliminacao-de-pratica-violenta-da-mutilacao-genital-feminina-ate-2030/>>. Acesso em: 09 jul. 2016.

PEREIRA, William César Castilho. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática.** 2. ed. Belo Horizonte: Vozes; PUCMINAS, 2001.

PINAFI, Tânia. **Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade.** Edição nº 21 de abril/maio de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Listagem de serviços e documentos.** Disponível

em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?pagina=servlistagem&menu=&info=servicos&pg=2>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. **Livro de Protocolo de Atenção às Vítimas de Violência Sexual do Município de Florianópolis.** Secretaria Municipal de Saúde. Diretoria de Atenção Primária. Gerência de Programas Estratégicos. Programa Saúde da Mulher, 2010.

_____. **Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – CREMV.** Disponível em:

<<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/?pagina=servpagina&menu=2&id=4610>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

_____. **Serviço de Abordagem Social.** Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/servicos/index.php?pagina=servpagina&id=4698&menu=2>>. Acesso em 20 abr. 2016.

_____. **CAPS AD.** Disponível em: <http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/22_12_2010_13.05.58.fe83702cb_e382a2b2f9d43ba02f73417.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. **Casa de Apoio Social ao Morador de Rua.** Disponível em: <<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?pagina=servlistagem&menu=3>>. Acesso em 20 abr. 2016.

_____. **Centro POP.** Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/serv_pagina_print.php?acao=open&id=4614>. Acesso em: 20 abr. 2016.

PROGRAMA DA DISCIPLINA. **Supervisão Pedagógica de Estágio Curricular Obrigatório.** Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, 2016.

ROSA, Anderson da Silva; BRÊTAS, Ana Cristina Passarella. **A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil.** Interface (Botucatu). 2015; 19 (53): 275-85. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v19n53/1807-5762-icse-19-53-0275.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – **CNAS n° 109, de 11 de novembro de 2009.** Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social.

_____.; Resolução n° 109 de 11 de novembro de 2009. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília, 2011.

SARMENTO, Rosana. **A Assistência Social à População em Situação de Rua: um Estudo na Cidade de Florianópolis/SC.** Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. 2015.

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Guia do Projeto Consultório de Rua.** Bahia/ Salvador, 2012.

SILVA, Larissa Cechinel da. **Os usuários do CRAS e a Assistência Social: a representação que constroem acerca da política de Assistência Social no município de Florianópolis - SC.** Trabalho de Conclusão de Curso. Centro Socioeconômico. Curso de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e População em situação de rua no Brasil.** São Paulo, Editora Cortez, 2009.

SIQUEIRA, Mônica Maria Nunes da Trindade. Famílias: uma experiência de trabalho com grupo. **REVISTA CIÊNCIAS HUMANAS, UNITAU.** v. 1, n. 2,2008. Disponível em: <<http://www.unitau.br/revistahumanas>>.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional.** Ponta Grossa: Emancipação, 2008.

SOUZA, Maria Angélica Pereira de. **Violência nas Relações Íntimas: uma análise psicossociológica.** Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Psicologia. Agosto de 2010.

SOUZA, Cecília de Mello; ADESSE Leila. **Violência Sexual no Brasil: perspectivas e desafios.** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, IPAS, Brasília, 2005.

SUÁREZ, M.; BANDEIRA, L. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: Bruschini, Cristina; Unbehaum, Sandra G. (Orgs). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira,** p. 295-320. São Paulo: FCC, 2002.

SWOBODA, Magda. **Ilha da Magia e as Trilhas da Criminalização da População em Situação de Rua. 2015.** Trabalho de Conclusão de Curso. Centro Socioeconômico. Curso de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. 2015.

TIENE, Izalene. **Mulher moradora de rua: Entre vivências e políticas sociais.** Campinas: Alínea, 2004.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense,1993.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica. **O que é violência contra a mulher.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

VELÁZQUEZ, Susana. **Violências Cotidianas, Violência de Gênero: escutar, compreender, ajudar.** Buenos Aires: Paidós, 2006.

VRISIMTZIS, Nikos A. **Amor, Sexo e Casamento na Grécia Antiga**. Trad. Luiz Alberto Machado Cabral. São Paulo: Odysseus, 2002.

ZIMERMAN, David E.; OSÓRIO, Luiz Carlos. **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

ANEXO

Oficina com Mulheres em situação de Rua
NUSSERGE/CSE/UFSC
Junho/2016

OFICINA com mulheres em situação de rua que frequentam o Centro POP/PMF

Coordenadora: Prof.a Teresa Kleba

Integrantes do NUSSERGE / equipe de apoio: Carla Klitzke e Mayara Gelsleichter

Horário: das 10h00min às 12h00min

Recursos: bonecas e bonecos de pano, canetas pilot, papel pardo

OBJETIVOS:

- Conscientizar as mulheres em situação de rua sobre os tipos de violência definidos na Lei Maria da Penha e seus possíveis desdobramentos;
- Esclarecer sobre as possíveis estratégias de defesa quando sofrem violência nas ruas, muitas vezes pelos próprios companheiros;
- Incentivá-las a lutarem pelos seus direitos informando os locais de acesso a políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, no Município de Florianópolis/SC;

ROTEIRO

1º Momento – Apresentação: a partir da utilização de objeto ocorrerá a apresentação de tod@s @s integrantes do grupo e da equipe da UFSC.

2º Momento - Formar um círculo, onde tod@s possam se ver e apresentar @s personagens (bonec@s) ao grupo dando nomes a el@s. Em seguida, explicar a dinâmica, qual seja:

Etapa 1 - cada um pegará @s bonec@s e fará a representação de como seria a relação ideal entre um casal; (como elas imaginam que deveria ser)

Etapa 2 - cada um pegará @s bonec@s e fará a representação de como é a relação real entre um casal, em nossos dias; (os problemas e questões enfrentados diariamente por elas, na relação com os companheiros)

Etapa 3 - a Professora Teresa (segurando o boneco) e uma das integrantes do Nusserge (segurando a boneca) simularão um conflito entre um casal até chegar o momento do ato da violência e, de forma compartilhada e participativa, conduzir o grupo a apresentar propostas para solucionar o caso.

Se o número de participantes for pequeno (10 a 12), as etapas (1 e 2) poderão ser realizadas por tod@s @s participantes. Caso o número de pessoas seja acima de 12, @s participantes podem ser dividid@s em 2 subgrupos, sendo que o primeiro realiza a etapa 1 e o segundo a etapa 2. Em relação a etapa 3, a professora e as colegas representam a situação e posteriormente abre espaço para o debate, estimulando tod@s @s presentes a manifestarem suas opiniões.

3º Momento – Debate sobre a dinâmica (60')

Em seguida, abrir para discussão, pontuando os aspectos que mais chamaram a atenção do grupo: como @s personagens foram retratado/as; percepções a respeito do casal ideal e do casal na vida real; se já perceberam duas mulheres ou dois homens se gostando, namorando, transando...e fazer uma síntese com elas, perguntando se ficou bem claro para onde e quem elas vão procurar quando sofrerem violência.

4º Momento – Avaliação (15')

- Solicitar as participantes que avaliem a oficina respondendo a ficha ou oralmente:

“que bom que _____”

“que pena que _____”

“que tal se _____”